

**DEMONSTRAÇÕES**  
**CONTÁBEIS**

**31 de Dezembro de 2010**

---

**Balancos Patrimoniais**  
(Em milhares de reais)

	Nota	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2009</b>	<b>01.01.2009</b>
<b>Ativo</b>				
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	6	29.972	26.598	15.923
Consumidores e concessionárias	7	161.790	168.233	186.827
Programa de redução do consumo de energia elétrica		4.398	4.466	4.499
Encargos tarifários		681	905	1.448
Energia livre		3.267	6.960	8.986
Devedores diversos		891	9.550	2.792
Tributos e contribuições sociais a compensar	8	5.521	11.927	788
Tarifa social de consumidores de baixa renda	9	9.364	9.099	10.504
Estoques	10	6.489	5.318	3.913
Outros créditos	11	24.120	16.678	10.509
		<u>246.493</u>	<u>259.734</u>	<u>246.189</u>
<b>Não Circulante</b>				
<b>Realizável a Longo Prazo</b>				
Consumidores e concessionárias	7	149.664	114.226	107.155
Tributos e contribuições sociais a compensar	8	4.060	2.072	3.424
Cauções e depósitos vinculados		4.484	4.340	
Depósitos vinculados à litígios		27.578	28.134	28.012
Ativo financeiro - concessões	12	360.289	283.607	217.427
Outros créditos	11	9.454	7.706	8.120
		<u>555.529</u>	<u>440.085</u>	<u>364.138</u>
Investimentos		168	168	168
Intangível	13	62.218	69.662	76.537
Imobilizado	15	23.977	17.676	10.370
		<u>641.892</u>	<u>527.591</u>	<u>451.213</u>
<b>Total do Ativo</b>		<b><u>888.385</u></b>	<b><u>787.325</u></b>	<b><u>697.402</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Balanços Patrimoniais  
(Em milhares de reais)

	Nota	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
<b>Passivo e Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)</b>				
<b>Circulante</b>				
Fornecedores	16	90.825	70.308	65.055
Programa de redução do consumo de energia		2.409	2.410	2.417
Encargos tarifários		522	564	1.104
Folha de pagamento		5.652	5.722	4.582
Programa de demissão incentivada	17		8.067	
Tributos e contribuições sociais	18	35.191	37.103	40.449
Empréstimos e financiamentos	19	70.884	7.512	52.078
Obrigações com benefícios de aposentadoria	33	17.556	18.853	17.733
Provisões para férias e encargos sociais		10.238	9.137	8.873
Taxas regulamentares	20	7.274	2.376	3.130
Programa de eficiência energética	21	11.043	26.320	8.561
Outras contas a pagar	23	40.108	28.067	22.564
		<u>291.702</u>	<u>216.439</u>	<u>226.546</u>
<b>Não Circulante</b>				
Tributos e contribuições sociais	18	12.889	15.307	18.934
Empréstimos e financiamentos	19	186.336	147.823	340.200
Adiantamento para aumento de capital	24	7.485	525.484	235.834
Provisão para demandas judiciais	22	77.088	64.636	61.270
Programa de eficiência energética	21	20.511	3.404	19.112
Outros contas a apagar	23	18.369	19.608	21.018
		<u>322.678</u>	<u>776.262</u>	<u>696.368</u>
<b>Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)</b>				
Capital social	25	525.484	218.393	218.393
Reservas de reavaliação		(39.227)	(39.227)	(39.227)
Outros resultados abrangentes		(51.852)	(50.683)	(37.042)
Prejuízos acumulados		(160.400)	(333.859)	(367.636)
		<u>274.005</u>	<u>(205.376)</u>	<u>(225.512)</u>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)</b>		<u><b>888.385</b></u>	<u><b>787.325</b></u>	<u><b>697.402</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do Resultado  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2009</b>
<b>Operações continuadas</b>			
<b>Receita</b>	27	705.997	694.844
<b>Custo do Serviço de Energia Elétrica</b>	28	<u>(604.664)</u>	<u>(520.832)</u>
<b>Lucro Bruto</b>		101.333	174.012
Despesas com vendas	28	(57.090)	(69.922)
Despesas gerais e administrativas	28	(92.433)	(58.163)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	29	<u>(417)</u>	<u>(1.805)</u>
<b>Resultado Operacional</b>		(48.607)	44.122
Receitas financeiras	30	61.441	50.124
(-) Despesas financeiras	30	<u>(55.451)</u>	<u>(58.172)</u>
<b>Resultado Financeiro</b>		<u>5.990</u>	<u>(8.048)</u>
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>		(42.617)	36.074
Imposto de renda e contribuição social		<u></u>	<u>(2.297)</u>
<b>Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício</b>		<u>(42.617)</u>	<u>33.777</u>
<b>Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por ação de operações continuadas atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)</b>			
Ordinárias	26	(0,12)	0,10
Preferenciais	26	(0,13)	0,11

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**Demonstrações das Mutações no Patrimônio Líquido**  
(Em milhares de reais)

	<u>CAPITAL SOCIAL</u>	<u>PREJUÍZOS ACUMULADOS</u>	<u>RESERVAS DE REAVALIAÇÃO</u>	<u>OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES</u>	<u>TOTAL</u>
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2009</b>	<b>218.393</b>	<b>(367.636)</b>	<b>(39.227)</b>	<b>(37.042)</b>	<b>(225.512)</b>
Perda atuarial com benefícios de aposentadoria				(13.641)	(13.641)
Lucro líquido do exercício		33.777			33.777
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>218.393</b>	<b>(333.859)</b>	<b>(39.227)</b>	<b>(50.683)</b>	<b>(205.376)</b>
Aumento de capital	525.484				525.484
Absorção de prejuízo acumulados através de redução de capital	(218.393)	218.393			
Ajustes exercícios anteriores		(2.317)			(2.317)
Perda atuarial com benefícios de aposentadoria				(1.169)	(1.169)
Prejuízo do exercício		(42.617)			(42.617)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>525.484</b>	<b>(160.400)</b>	<b>(39.227)</b>	<b>(51.852)</b>	<b>274.005</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos Fluxos de Caixa  
(Em milhares de reais)

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Caixa gerado pelas operações (nota 31)	48.177	146.089
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(963)	(9.628)
<b>Caixa líquido das atividades operacionais</b>	<u>47.214</u>	<u>136.461</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Aquisição de ativo imobilizado (nota 15)	(7.891)	(8.178)
Aquisição de ativo financeiro (nota 12)	(94.800)	(106.119)
Aquisição de ativo intangível (nota 13)	(33.386)	(24.305)
<b>Caixa líquido das atividades de investimento</b>	<u>(136.077)</u>	<u>(138.602)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Ingressos de empréstimos (nota 19)	121.406	25.117
Amortização de empréstimos (nota 19)	(29.169)	(12.301)
<b>Caixa líquido das atividades de financiamento</b>	<u>92.237</u>	<u>12.816</u>
<b>Aumento no caixa e equivalente de caixa</b>	<u>3.374</u>	<u>10.675</u>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	26.598	15.923
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 6)	<u>29.972</u>	<u>26.598</u>
	<u>3.374</u>	<u>10.675</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Valor Adicionado  
(Em milhares de reais)

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
<b>Receitas</b>		
Vendas de energia e serviços	963.410	954.041
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e contingências	(39.949)	(36.607)
Outras (despesas) operacionais líquidas	(417)	(1.805)
	<u>923.044</u>	<u>915.629</u>
<b>Insumos Adquiridos de Terceiros</b>		
Custo com energia	(386.656)	(66.594)
Custo de construção	(60.669)	(311.003)
Serviços de terceiros	(62.813)	(54.041)
Material	(3.505)	(4.413)
Outros custos operacionais	(18.524)	(15.632)
	<u>(532.167)</u>	<u>(451.683)</u>
<b>Valor Adicionado Bruto</b>	<u>390.877</u>	<u>463.946</u>
Depreciação e amortização	(37.358)	(32.591)
<b>Valor Adicionado Líquido Gerado</b>	<u>353.519</u>	<u>431.355</u>
Receitas financeiras	61.441	50.124
<b>Valor Adicionado Total</b>	<u>414.960</u>	<u>481.479</u>
<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>		
Pessoal e encargos	123.228	109.406
Impostos, taxas e contribuições	275.632	276.811
Juros e demais encargos financeiros	55.451	58.172
Aluguéis	3.266	3.313
Lucro (Prejuízo) do exercício	(42.617)	33.777
<b>Valor Adicionado Distribuído</b>	<u>414.960</u>	<u>481.479</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Notas Explicativas às demonstrações contábeis**  
**em 31 de dezembro de 2010**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## **1. Contexto Operacional**

A COMPANHIA ENERGÉTICA DE ALAGOAS (“ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS” ou “Companhia”), sociedade por ações de economia mista, domiciliada na Avenida Fernandes Lima, 3349 – Farol, Maceió/AL, e, controlada pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, que detém 100% do seu capital social, é uma concessionária de serviço público de energia elétrica de capital fechado.

Seu principal objetivo é projetar, construir e explorar o serviço público de distribuição aos consumidores finais de energia elétrica, bem como a geração de energia elétrica em sistema isolado, assim como serviços que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito e atividades associadas ao serviço público de energia, prestar serviços técnicos de sua especialidade e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, órgão vinculado ao Ministério de Minas e Energia – MME.

Para cumprir com as obrigações operacionais e administrativas, a Companhia conta com 1.231 empregados (1.294 em 31.12.2009), para atender a aproximadamente 877.256 consumidores (831.708 em 31.12.2009).

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram autorizadas pelo Conselho de Administração em 27 de abril de 2011.

As Demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da Companhia de acordo com o CPC 26, em seus itens 25 e 26. A Administração da Companhia vem envidando esforços no sentido de alcançar resultados positivos e evitar prejuízo. As ações estão difundidas em várias áreas da empresa. Entre elas, podemos destacar a estruturação de capital com a busca planejada do equilíbrio de 50%/50% até 2014, suporte financeiro pelo acionista controlador mediante ingresso de recursos destinados a aumento de capital, o Plano de Melhoria de Desempenho - PMD, o Contrato de Metas de Desempenho Empresarial - CMDE, combate a inadimplência e renegociação com clientes inadimplentes, combate a perdas e fraudes, ações visando o reconhecimento e ativação de créditos tributários, dentre outras.

## **2. Concessões**

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em todos os municípios do Estado de Alagoas junto a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL mediante o Contrato de Concessão nº 07/2001-ANEEL, e seu primeiro termo aditivo celebrados, respectivamente, em 15 de maio de 2005 e em 8 de junho de 2010 com vigência até 7 de julho de 2015.

**Concessão**  
Distribuição

**Municípios**  
102

**Período de Concessão**  
02/2001 a 07/07/2015

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
em 31 de dezembro de 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Principais políticas contábeis**

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

Estas são as primeiras demonstrações contábeis apresentadas de acordo com os CPCs, pela Companhia. As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as reconciliações do patrimônio líquido e do resultado abrangente, estas descritas na nota 5.

As práticas contábeis descritas em detalhes a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de janeiro de 2009 com a finalidade de transição para a aplicação dos novos pronunciamentos contábeis.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração da Companhia para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, não superior a um ano.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2010. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor. As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

**Notas Explicativas às demonstrações contábeis**  
**em 31 de dezembro de 2010**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**3.1 Reconhecimento de receita**

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

**a) Receita não faturada**

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

**b) Receita de construção**

A Interpretação Técnica ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deva registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infra-estrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infra-estrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infra-estrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

**3.2 Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira**

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

## Notas Explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3.3 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

#### a) Ativos financeiros

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, consumidores e concessionárias, ativo financeiro da concessão, cauções e depósitos judiciais e outras contas a receber. São classificados como empréstimos e recebíveis pois representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

#### b) Passivos financeiros

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Instrumentos financeiros derivativos são classificados como mantidos para negociação. Tais instrumentos são mensurados pelo seu valor justo a cada data de balanço, tendo como contrapartida o resultado de exercício. O valor de mercado dos instrumentos financeiros é determinado por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, referência ao valor de mercado de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

### 3.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata e sujeito a risco insignificante de mudança de valor, classificadas como empréstimos e recebíveis.

**Notas Explicativas às demonstrações contábeis**  
**em 31 de dezembro de 2010**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**3.5 Consumidores e concessionárias**

Engloba as contas a receber com fornecimento de energia elétrica faturado e não faturado, este por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

As contas a receber de clientes e outros estão apresentadas líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD reconhecida com base em estimativas da administração em valor considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas.

Os principais critérios definidos pela Companhia são: (i) consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, além de provisão de 100% para os consumidores industriais que se encontram em processo de falência; (ii) análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros; e (iii) nos parcelamentos são considerados todos os valores vencidos após duas prestações, independente da classe de consumo.

**3.6 Estoques**

Os materiais e equipamentos em estoque, classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativo), estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração da Companhia.

**3.7 Ativo financeiro da concessão**

Refere-se a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de concessão. Essa parcela de infra-estrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado custo de capital regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

**3.8 Outros investimentos**

Representam investimentos em bens imóveis, ações e quotas de direitos sobre a comercialização de obra audiovisual, que não se destinam ao objetivo da concessão e estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável.

**3.9 Imobilizado**

## Notas Explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

É avaliado ao custo de aquisição ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável. As depreciações são calculadas pelo método linear de acordo com as taxas fixadas pela ANEEL.

	<u>Taxa (%)</u>
Edificações	4
Equipamentos gerais	10
Veículos	20

Em função da adoção da Orientação Técnica OCPC 01, os valores registrados como ativo imobilizado referem-se basicamente a bens de uso administrativo. Os demais ativos geradores de receita e vinculados a concessão foram reclassificados para ativos financeiros e intangíveis.

### 3.10 Intangível

Compreende o direito de uso da infra-estrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado).

A vida útil-econômica dos bens é estabelecida pela ANEEL, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável. A Companhia calcula e contabiliza as quotas de amortização com aplicação das taxas respeitando a vida útil estimada de cada bem, integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infra-estrutura de distribuição.

Os novos ativos são registrados inicialmente no ativo intangível, mensurados pelo custo de aquisição. Quando da sua entrada em operação são bifurcados entre ativo financeiro e intangível.

### 3.11 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

## Notas Explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

### 3.12 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário são demonstrados como não circulantes.

### 3.13 Empréstimos e Financiamentos

As obrigações em moeda nacional são atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, nesse caso o ativo intangível correspondente ao direito de uso da infraestrutura para a prestação do serviço público, estão incluídos no custo do intangível em curso até a data em que estejam prontos para o uso pretendido, conforme CPC 04 – Ativo Intangível e CPC 20 – Custos de Empréstimos.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

### 3.14 Benefícios de aposentadoria

## Notas Explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia instituiu e patrocina a Fundação CEAL de Assistência Social e Previdência (FACEAL), caracterizada como uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), para a administração dos programas de benefícios pós-emprego, relativos a complementações previdenciárias e assistenciais na área médica.

Neste regime, as contribuições destinam-se à cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, acumulados desde a data da sua admissão no plano, bem como para amortização dos benefícios relativos ao tempo anterior de serviço.

Os benefícios previdenciários concedidos pela FACEAL são:

- Suplementação de aposentadoria por invalidez
- Suplementação de aposentadoria por tempo de serviço
- Suplementação de aposentadoria por idade
- Suplementação de pensão por morte
- Suplementação de aposentadoria especial e de ex-combatente
- Suplementação de abono anual

Esses benefícios são garantidos através de dois planos: o primeiro, mais antigo, tem a característica de Plano de Benefício Definido – BD, que garante renda vitalícia aos beneficiários. O outro, com a característica de Plano de Contribuição Definida – CD, implementado a partir de 2008, garante rendas por prazos definidos de acordo com a capitalização ocorrida no período de atividade.

Quanto ao programa diretamente gerenciado pela Companhia em benefício de antigos empregados não beneficiários da FACEAL, há a concessão de um pecúlio por morte e a cobertura de gastos com assistência médica, envolvendo uma população fechada.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como

## Notas Explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são debitados ou creditados em “Outros Resultados Abrangentes” durante o período esperado de serviço remanescente dos funcionários.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

### 3.15 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

#### 3.15.1 Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais

As provisões judiciais são constituídas sempre que a perda for avaliada como provável, que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais.

### 3.16 Taxa Regulamentares

As taxas regulamentares são definidas em legislação específica e suas quotas são fixadas pela ANEEL.

#### a) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

**Notas Explicativas às demonstrações contábeis**  
**em 31 de dezembro de 2010**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**b) Conta de Consumo de Combustível (CCC)**

Parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras, nos sistemas interligados com dupla destinação: pagar as despesas com o combustível usado nas térmicas que são acionadas para garantir as incertezas hidrológicas; e subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados.

**c) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)**

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

**d) Programas de Eficientização Energética (PEE), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)**

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

**e) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)**

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

**f) Encargo do Serviço do Sistema (ESS)**

Representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e é pago pelos agentes da categoria consumo aos agentes de geração.

**g) Uso de Bem Público (UPB)**

Corresponde aos valores estabelecidos no contrato de concessão para exploração do potencial de energia hidráulica, o qual é registrado pelo valor das retribuições ao poder concedente pelo aproveitamento do potencial hidrelétrico, descontada a valor presente a taxa implícita do projeto.

## Notas Explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3.17 Operações de Compra e Venda de Energia Elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

### 3.18 Imposto de renda e contribuição social

A receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica está sujeita a impostos, taxas e contribuições que são apresentados como deduções da receita bruta na demonstração do resultado. A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

#### 3.18.1 Impostos diferidos

Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizadas.

### 3.19 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

**Notas Explicativas às demonstrações contábeis**  
**em 31 de dezembro de 2010**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

**3.20 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

**3.20.1 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as

## Notas Explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

### 3.20.2 Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas em bases anuais.

### 3.21 Compromissos com o meio ambiente

A capitalização de gastos referentes a demandas ambientais está consubstanciada nas provisões regulamentares do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, em atendimento às exigências dos órgãos públicos competentes para concessão das respectivas licenças que permitirão a execução dos projetos.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA é o principal órgão na esfera federal e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEDAM na esfera estadual.

Na hipótese dos gastos decorrerem de questões ambientais, sem, no entanto, estarem relacionados a projetos de investimentos, o gasto é apropriado ao resultado como despesa operacional.

O reconhecimento das obrigações assumidas obedece ao regime de competência, a partir do momento em que haja a formalização do compromisso, e são quitadas em conformidade com os prazos avençados entre as partes.

### 3.22 Demonstrações dos fluxos de caixa

## Notas Explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

### 3.23 Lucro por ação

O lucro por ação é calculado considerando o número médio ponderado de ações ordinárias em vigor durante o ano, de acordo com o pronunciamento CPC 41.

### 3.24 Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)

Adiantamento de recursos recebidos do acionista controlador e destinados a capital, concedidos em caráter irrevogável. São classificados como passivo exigível não circulante e reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente atualizados pela taxa SELIC (Nota 24).

### 3.25 Subvenções governamentais – subvenção da tarifa aos consumidores de baixa renda

As subvenções econômicas do subsídio da baixa renda a ser ressarcida pelo fundo da CDE administrado pela Eletrobras são reconhecidas no resultado pelo regime de competência (Nota 9).

### 3.26 Demonstração do valor adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

## **4. Instrumentos financeiros e gestão de riscos**

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
em 31 de dezembro de 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 4.1 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2010 e 2009 podem ser assim sumariados:

	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2009</b>
Adiantamento para futuro aumento de capital	7.485	525.484
Empréstimos e financiamentos (Nota 19 )	257.220	155.335
Caixa e equivalente de caixa (Nota 6 )	<u>(29.972)</u>	<u>(26.598)</u>
<b>Dívida líquida</b>	<b>234.733</b>	<b>654.221</b>
Total do patrimônio líquido (Passivo a descoberto)	<u>273.960</u>	<u>(205.377)</u>
<b>Total do Capital</b>	<b>508.693</b>	<b>448.844</b>
Índice de alavancagem financeira	<u>46,14</u>	<u>145,76</u>

#### 4.2 Gestão de riscos

No exercício de suas atividades a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Companhia definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

**Notas Explicativas às demonstrações contábeis**  
**em 31 de dezembro de 2010**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**a) Risco da taxa de juros**

O Risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

Este risco é mitigado pelo fato da Companhia concentrar a captação de seus empréstimos com a Eletrobras, a juros fixos.

	<b>Menos de 1</b>	<b>Entre 1 e 2</b>	<b>Entre 2 e 5</b>	<b>Acima de 5</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>ano</b>	<b>anos</b>	<b>anos</b>	<b>anos</b>
Empréstimos e financiamentos	15.451	16.591	34.413	1.046
Fornecedores	90.825			
Adiantamento para futuro aumento de capital	7.485			
<hr/>				
<b>Em 31 de dezembro de 2009</b>				
Empréstimos e financiamentos	11.618	11.024	23.735	15.638
Fornecedores	70.308			
Adiantamento para futuro aumento de capital	525.485			
<hr/>				
<b>Em 01 de janeiro de 2009</b>				
Empréstimos e financiamentos	12.893	11.618	26.893	23.144
Fornecedores	65.055			
Adiantamento para futuro aumento de capital	235.834			

**b) Risco de crédito**

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia incorrerem em perdas resultantes da dificuldade de realização de seus recebíveis de clientes, bem como da inadimplência de instituições financeiras contrapartes em operações.

A Companhia busca minimizar seus riscos de crédito através de mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes e, quando aplicável, através de fianças bancárias. A Companhia faz um acompanhamento dos níveis de inadimplência através da análise das especificidades dos seus clientes. Adicionalmente, são realizadas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos em atraso.

As disponibilidades de caixa são aplicadas em um fundo extramercado exclusivo, conforme normativo específico do Banco Central do Brasil. Esse fundo é composto na sua totalidade por títulos públicos custodiados na Selic, não havendo exposição ao risco de contraparte (Nota 6).

Em eventuais relações com instituições financeiras, a Companhia tem como prática a realização de operações somente com instituições de baixo risco avaliadas por agências de classificação de risco e que atendam a requisitos patrimoniais previamente definidos e formalizados. Adicionalmente, são definidos limites de crédito que são revisados periodicamente.

**Notas Explicativas às demonstrações contábeis**  
**em 31 de dezembro de 2010**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**c) Risco de liquidez**

As necessidades de liquidez da Companhia são de responsabilidade das áreas de tesouraria e de captação de recursos, que atuam alinhadas no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazos, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e conseqüentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

Os valores abaixo incluem principal e encargos calculados utilizando-se a taxa de dólar vigente em 31 de dezembro 2010 (R\$ 1,6662/US\$ 1) para as dívidas denominadas em dólares - Moeda Estrangeira.

Credores	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Após 2017	Total
ELETROBRÁS	34.495	35.493	32.076	26.514	17.468	10.220	14.734	171.000
ROL.BNDES	2.448	2.448	-	-	-	-	-	4.896
FACEAL	8.784	8.784	8.784	8.784	-	-	-	35.136
BIC	5.232	5.232	-	-	-	-	-	10.464
Lloyds Bank	127	127	127	127	127	127	792	1.554
	51.086	52.084	40.987	35.425	17.595	10.347	15.526	223.050

**d) Risco de não renovação das concessões**

A Companhia detém a concessão para exploração dos serviços de planejamento, construção e exploração da produção, transformação, transporte, distribuição e comercialização de energia, regulamentadas pela ANEEL com vigência até 07.01.2015. A expectativa da Administração é que a concessão seja prorrogada. Caso não seja deferida pelo poder concedente ou mesmo ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (concessão onerosa), ou estabelecimento de um preço teto, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

**e) Risco quanto à escassez de energia**

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como conseqüência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotada um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as última

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
em 31 de dezembro de 2010  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico-O N S não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

#### 4.3 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados em categorias de ativos e passivos financeiros, conforme abaixo:

**a) Ativos Financeiros** – classificados nas seguintes categorias:

**Caixa e equivalentes de caixa:** mantidos para a negociação a curto prazo e mensurados pelo valor justo, sendo os seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado. O equivalente de caixa corresponde principalmente às aplicações financeiras mantidas em fundo de investimento exclusivo, conforme regulamentação em vigor.

**Consumidores e concessionárias:** são registrados pelo seu valor nominal, similar aos valores justos e prováveis de realização.

**b) Passivos Financeiros** – classificados nas seguintes categorias:

**Fornecedores:** são mensurados pelo valor justo de mercado e amortizados essencialmente pelo método do custo amortizado.

**Empréstimos e financiamentos:** são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Ativo Financeiro		
Caixa e equivalente de caixa	29.972	26.598
Consumidores e revendedores	311.454	282.459
	<u>341.426</u>	<u>309.057</u>
Passivo Financeiro		
Fornecedores	90.825	70.308
Empréstimos e financiamentos	257.220	155.335
	<u>348.045</u>	<u>225.643</u>

## 5. Adoção inicial dos CPCs

### 5.1 Aplicação dos CPCs 37 e 43

## Notas Explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Até 31 de dezembro de 2009 as demonstrações contábeis da Companhia eram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas complementares da CVM, pronunciamentos técnicos do CPC emitidos até 31 de dezembro de 2008 e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

A Companhia preparou o seu balanço de abertura com data de transição de 1º de janeiro de 2009, portanto aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva completa conforme estabelecido nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo CPC e aprovadas pela CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

O Pronunciamento CPC 37 exige que uma entidade desenvolva políticas contábeis baseadas nos padrões e interpretações do CPC em vigor na data de encerramento de sua primeira demonstração financeira e que essas políticas sejam aplicadas na data de transição e durante todos os períodos apresentados nas primeiras demonstrações em CPC (aplicação de todas as normas), sendo que a Companhia adotou 1º de janeiro de 2009 como data de transição. A Companhia adotou todos os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do CPC emitidos até 31 de dezembro de 2010.

As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas na data de transição, incluindo a reconciliação do resultado do exercício de 2009, com aquelas adotadas na apresentação das informações financeiras comparativas estão descritas a seguir.

### 5.2 - Isenções da aplicação retrospectiva completa escolhidas pela Companhia

#### 5.2.1 - Isenção do benefício a empregados

A Companhia optou por aplicar a isenção de benefícios a empregados do CPC 37. Dessa forma, as perdas atuariais líquidas cumulativas totalizando R\$ 51.851, registrados contra as obrigações de aposentadoria de acordo com o BR GAAP, foram reconhecidas em lucros acumulados em 1º de janeiro de 2009. O mesmo ajuste aplica-se em 31 de dezembro de 2009.

#### 5.2.2 - Isenção do contrato de concessão

A Companhia considerou impraticável a aplicação retroativa da Interpretação ICPC 01 – Contratos de concessão, em função do volume e idade dos seus ativos. Dessa forma, foram utilizados os saldos contábeis desses ativos no data de transição.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
em 31 de dezembro de 2010  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.3 - Conciliação entre BR GAAP Antigo e CPCs

A seguir relatamos os ajustes relevantes nos balanços patrimoniais e na demonstração do resultado, e depois as conciliações apresentando a quantificação dos efeitos da transição.

5.3.1 Conciliação do patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2009

	<b>De acordo com o BR GAAP antigo</b>	<b>(a) CPC 00</b>	<b>(b) ICPC01</b>	<b>(c) Outros ajustes</b>	<b>De acordo com os CPCs</b>
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	15.923				15.923
Consumidores e concessionárias	186.827				186.827
Programa de redução do consumo de energia elétrica	4.499				4.499
Encargos tarifários	1.448				1.448
Energia livre	8.986				8.986
Devedores diversos	2.792				2.792
Tributos e contribuições sociais a compensar	788				788
Tarifa social de consumidores de baixa renda	10.504				10.504
Estoques	3.913				3.913
Outros créditos	10.509				10.509
Ativos regulatórios	48.429	(48.429)			
	<u>294.618</u>	<u>(48.429)</u>			<u>246.189</u>
<b>Não Circulante</b>					
<b>Realizável a Longo Prazo</b>					
Consumidores e concessionárias	101.789			5.366	107.155
Tributos e contribuições sociais a compensar	3.424				3.424
Depósitos vinculados à litígios	28.012				28.012
Ativo financeiro da concessão			217.427		217.427
Outros créditos	10.080			(1.960)	8.120
Ativos regulatórios	8.017	(4.611)		(3.406)	
	<u>151.322</u>	<u>(4.611)</u>	<u>217.427</u>		<u>364.138</u>
Investimentos	168				168
Intangível	414		76.123		76.537
Imobilizado	303.502		(293.550)	418	10.370
	<u>455.406</u>	<u>(4.611)</u>		<u>418</u>	<u>451.213</u>
<b>Total do Ativo</b>	<b>750.024</b>	<b>(53.040)</b>		<b>418</b>	<b>697.402</b>

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
em 31 de dezembro de 2010  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	De acordo com o BR GAAP			(c) Outros ajustes	De acordo com os CPCs
	antigo	(a) CPC 00	(b) ICPC01		
<b>Passivo e Patrimônio Líquido (Passivo descoberto)</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	65.055				65.055
Programa de redução do consumo de energia elétrica	2.417				2.417
Encargos tarifários	1.104				1.104
Folha de pagamento	4.582				4.582
Tributos e contribuições sociais	40.449				40.449
Empréstimos e financiamentos	52.078				52.078
Obrigações com benefícios de aposentadoria	17.733				17.733
Passivos regulatórios	13.813	(13.813)			
Provisões para férias e encargos sociais	8.873				8.873
Taxas regulamentares	3.130				3.130
Programa de eficiência energética	8.561				8.561
Outras contas a pagar	22.564				22.564
	<u>240.359</u>	<u>(13.813)</u>			<u>226.546</u>
<b>Não Circulante</b>					
Tributos e contribuições sociais	18.934				18.934
Empréstimos e financiamentos	340.200				340.200
Adiantamento para futuro aumento de capital				235.834	235.834
Provisão para contingências	61.270				61.270
Programa de eficiência energética	19.112				19.112
Outros contas a apagar	20.600			418	21.018
	<u>460.116</u>			<u>236.252</u>	<u>696.368</u>
<b>Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)</b>					
Capital social	218.393				218.393
Reservas de reavaliação		(39.227)			(39.227)
Outros resultados abrangentes				(37.042)	(37.042)
Prejuízos acumulados	(404.678)			37.042	(367.636)
	<u>(186.285)</u>	<u>(39.227)</u>			<u>(225.512)</u>
Recursos destinados a aumento de capital	235.834			(235.834)	
<b>Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)</b>	<u>49.549</u>	<u>(39.227)</u>		<u>(235.834)</u>	<u>(225.512)</u>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)</b>	<u>750.024</u>	<u>(53.040)</u>		<u>418</u>	<u>697.402</u>

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
em 31 de dezembro de 2010  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.3.2 Conciliação do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2009

	De acordo com o BR GAAP			(c) Outros ajustes	De acordo com os CPCs
	antigo	(a) CPC 00	(b) ICPC01		
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	26.598				26.598
Consumidores e concessionárias	168.233				168.233
Programa de redução do consumo de energia elétrica	4.466				4.466
Encargos tarifários	905				905
Energia livre	6.960				6.960
Devedores diversos	9.550				9.550
Tributos e contribuições sociais a compensar	11.927				11.927
Tarifa social de consumidores de baixa renda	9.099				9.099
Estoques	5.318				5.318
Outros créditos	16.678				16.678
Ativos regulatórios	40.152	(40.152)			
	<u>299.886</u>	<u>(40.152)</u>			<u>259.734</u>
<b>Não Circulante</b>					
<b>Realizável a Longo Prazo</b>					
Consumidores e concessionárias	107.460			6.766	114.226
Tributos e contribuições sociais a compensar	2.072				2.072
Cauções e depósitos vinculados	4.340				4.340
Depósitos vinculados à litígios	28.134				28.134
Ativo financeiro das concessões			283.607		283.607
Outros créditos	10.300	4.172		(6.766)	7.706
Ativos regulatórios	4.172	(4.172)			
	<u>156.478</u>		<u>283.607</u>		<u>440.085</u>
Investimentos	168				168
Intangível	3.461		66.201		69.662
Imobilizado	357.337		(339.661)		17.676
	<u>517.444</u>		<u>10.147</u>		<u>527.591</u>
<b>Total do Ativo</b>	<b><u>817.330</u></b>	<b><u>(40.152)</u></b>	<b><u>10.147</u></b>		<b><u>787.325</u></b>

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
em 31 de dezembro de 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	De acordo com o BR GAAP		(b) ICPC01	(c) Outros ajustes	De acordo com os CPCs
	antigo	(a) CPC 00			
<b>Passivo e Patrimônio Líquido (Passivo descoberto)</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	70.308				70.308
Programa de redução do consumo de energia elétrica	2.410				2.410
Encargos tarifários	564				564
Folha de pagamento	5.722				5.722
Programa de demissão incentivada	8.067				8.067
Tributos e contribuições sociais	37.103				37.103
Empréstimos e financiamentos	7.512				7.512
Obrigações com benefícios de aposentadoria	18.853				18.853
Passivos regulatórios	13.151	(13.151)			
Provisões para férias e encargos sociais	9.137				9.137
Taxas regulamentares	2.376				2.376
Programa de eficiência energética	26.320				26.320
Outras contas a pagar	28.067				28.067
	<u>229.590</u>	<u>(13.151)</u>			<u>216.439</u>
<b>Não Circulante</b>					
Tributos e contribuições sociais	15.307				15.307
Empréstimos e financiamentos	147.823				147.823
Adiantamento para futuro aumento de capital				525.484	525.484
Provisão para contingências	64.636				64.636
Programa de eficiência energética	3.404				3.404
Outros contas a apagar	19.608				19.608
	<u>250.778</u>			<u>525.484</u>	<u>776.262</u>
<b>Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)</b>					
Capital social	218.393				218.393
Reserva de reavaliação		(39.227)	10.147		(29.080)
Outros resultados abrangentes				(50.683)	(50.683)
Prejuízos acumulados	(406.916)	12.226		50.683	(344.007)
	<u>(188.523)</u>	<u>(27.001)</u>	<u>10.147</u>		<u>(205.377)</u>
Recursos destinados a aumento de capital	525.485			(525.484)	
<b>Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)</b>	<b>336.962</b>	<b>(27.001)</b>	<b>10.147</b>	<b>(525.484)</b>	<b>(205.377)</b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)</b>	<b>817.330</b>	<b>(40.152)</b>	<b>10.147</b>		<b>787.325</b>

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
em 31 de dezembro de 2010  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.3.3 Conciliação do Lucro Líquido em 31 de dezembro de 2009

	De acordo com o BR		(b) CPC 01	(c) Outros ajustes	De acordo com os CPCs
	GAAP antigo	(a) CPC 00			
<b>Operações continuadas</b>					
<b>Receita</b>	625.554	2.696	66.594	0	694.844
<b>Custo do Serviço de Energia Elétrica</b>	(484.296)	6.684	(56.087)	12.867	(520.832)
<b>Lucro Bruto</b>	141.258	9.380	10.507	12.867	174.012
Despesas com vendas	(72.994)	3.072			(69.922)
Despesas gerais e administrativas	(58.163)				(58.163)
Outras despesas operacionais líquidas	(1.805)				(1.805)
<b>Resultado Operacional</b>	8.296	12.452	10.507	12.867	44.122
<b>Resultado Financeiro</b>	(8.236)	(226)	(360)	774	(8.048)
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>	60	12.226	10.147	13.641	36.074
Imposto de renda e contribuição social	(2.297)				(2.297)
<b>Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício</b>	<b>(2.237)</b>	<b>12.226</b>	<b>10.147</b>	<b>13.641</b>	<b>33.777</b>

5.3.4 Principais ajustes decorrentes da adoção dos novos pronunciamentos contábeis que afetaram as Demonstrações contábeis:

- Pronunciamento CPC 00 – Define a estrutura conceitual para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis (CPC Estrutura conceitual). As companhias devem elaborar suas Demonstrações de acordo com esse pronunciamento, que dentre outros conceitos, estabelece as bases para reconhecimento dos ativos, passivos, receitas e despesas. As diferenças entre os valores estimados incluídos no cálculo da tarifa de energia elétrica e os efetivamente incorridos pela Companhia, reconhecidos como ativos e passivos regulatórios não são reconhecidos no Balanço Patrimonial por não atenderem à definição de ativos e/ou passivos. Portanto, o saldo existente foi reconhecido contra prejuízos acumulados na data de transição e resultado do período corrente;
- Pronunciamento ICPC 01 e Orientação OCPC 05 – Contratos de Concessão – Estas normas orientam sobre a contabilização das concessões de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços;
- Contratos de Construção (CPC 17) – estabelece o tratamento contábil das receitas e despesas associadas a contratos de construção. A companhia contabilizou receitas e despesas relativas a serviços de construção e adotou margem zero para a construção.
- De acordo com os novos procedimentos foi efetuada a seguinte reclassificação: Os adiantamentos para futuros aumentos de capital (AFAC) foram registrados no Passivo não Circulante.

**Notas Explicativas às demonstrações contábeis**  
**em 31 de dezembro de 2010**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- e) CPC 27 - Ativo Imobilizado - A Companhia reprocessou o saldo do seu ativo imobilizado, considerando os elementos de custo previstos no CPC 27. A Companhia entende que o valor contábil do seu ativo imobilizado, com as limitações admitidas pelo Órgão Regulador, representa adequadamente a sua posição patrimonial e atende aos requisitos do Pronunciamento CPC 27.
- f) CPC 33 - Benefícios Pós-emprego - O objetivo deste Pronunciamento é estabelecer a contabilização e a divulgação dos benefícios concedidos aos empregados. Para tanto, requer que a entidade reconheça: (a) um passivo quando o empregado prestou o serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro; e (b) uma despesa quando a entidade se utiliza do benefício econômico proveniente do serviço recebido do empregado em troca de benefícios a esse empregado. Em conformidade com estas práticas contábeis, a Companhia optou por aplicar a isenção de benefícios a empregados do *IFRS 1* e mudar a política contábil de reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, os quais eram reconhecidos pelo método do "corredor", passando a ser reconhecidos no período em que ocorrerem em *outros resultados abrangentes*, conforme orientações do CPC 33 e IAS 19.

**6. Caixa e equivalentes de caixa**

	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2009</b>	<b>01.01.2009</b>
Caixa	9	11	91
Recursos em contas bancárias	14.423	9.782	7.284
Ordens de pagamento emitidos	2	6	3
Numerário em trânsito	1.497	2.547	4.814
Aplicação no mercado financeiro	14.041	14.252	3.731
	<b>29.972</b>	<b>26.598</b>	<b>15.923</b>

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e com remuneração diária pela taxa extra-mercado.

Agente Financeiro	Referência	Vencimento	Taxa %	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2009</b>	<b>01.01.2009</b>
Banco do Brasil S.A.	BB Extra Mercado	Disponível	Renda variável			14
Banco do Brasil S.A.	BB Extra Mercado	Disponível	Renda variável		1.711	
Banco do Brasil S.A.	BB Extra Mercado	Disponível	Renda variável			3.676
Banco do Brasil S.A.	BB Extra Mercado	Disponível	Renda variável	14.041	12.541	
Caixa Econômica	Extra Mercado	Disponível	Renda variável			41
				<b>14.041</b>	<b>14.252</b>	<b>3.731</b>

A exposição da aplicação financeira a risco de taxa de juros está divulgada na nota 4.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
em 31 de dezembro de 2010  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**7. Consumidores e concessionárias**

As contas a receber de consumidores estão compostas da seguinte forma:

	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2010</b>	<b>01.01.2009</b>
Circulante	381.536	378.361	361.488
(-) PCLD	(219.746)	(210.128)	(174.661)
<b>Subtotal</b>	<b>161.790</b>	<b>168.233</b>	<b>186.827</b>
Não circulante	190.933	125.164	116.953
(-) PCLD	(41.269)	(10.938)	(9.798)
<b>Subtotal</b>	<b>149.664</b>	<b>114.226</b>	<b>107.155</b>
<b>Total geral</b>	<b>299.328</b>	<b>228.452</b>	<b>214.310</b>

a) Consumidores

	<b>31.12.2010</b>			<b>Total</b>	<b>31.12.2009</b>	<b>01.01.2009</b>
	<b>Saldos Vincendos</b>	<b>Vencidas até 90 dias</b>	<b>Vencidas há mais de 90 dias</b>			
Fornecimento Faturado						
Privado						
Residencial	15.081	23.089	8.194	46.364	42.124	53.885
Industrial	6.939	2.554	37.683	47.176	61.723	58.428
Comercial	9.933	7.855	12.794	30.582	30.159	32.314
Rural	4.059	2.304	28.165	34.528	29.680	27.526
	36.012	35.802	86.836	158.650	163.686	172.153
Público						
Poder Público						
Federal	1.036	814	1.101	2.951	2.372	3.042
Estadual	1.495	256	998	2.749	4.036	4.231
Municipal	1.465	1.745	3.978	7.188	8.446	12.284
	3.996	2.815	6.077	12.888	14.854	19.557
Iluminação Pública	2.507	2.067	12.301	16.875	16.333	16.087
Serviço Público	3.417	4.720	1.272	9.409	6.654	5.885
	9.920	9.602	19.650	39.172	37.841	41.529
Fornecimento não faturado	38.116			38.116	31.052	39.498
Serviço taxado	483			483	720	365
Parcelamento de débitos	33.812	4.128	20.187	58.127	60.584	44.670
Acréscimo moratório	0	1.563	71.410	72.973	71.962	59.895
Arrecadação em classificação e outros	11.069			11.069	8.886	(965)
	<b>129.412</b>	<b>51.095</b>	<b>198.083</b>	<b>378.590</b>	<b>374.731</b>	<b>357.145</b>
CEEE	1.824			1.824	5	2.020
Encargos de uso do sistema	1.122			1.122	3.625	2.323
	<b>132.358</b>	<b>51.095</b>	<b>198.083</b>	<b>381.536</b>	<b>378.361</b>	<b>361.488</b>

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
em 31 de dezembro de 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A seguir a movimentação na Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD):

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Saldo da provisão no início do exercício	(221.066)	(184.459)
Constituição da provisão	(48.437)	(51.287)
Baixa de títulos considerados incobráveis	8.488	14.680
Saldo da provisão no final do exercício	<u>(261.015)</u>	<u>(221.066)</u>

Os saldos da provisão por classe de consumidores estão demonstrados a seguir:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Consumidores	189.652	173.919	141.998
Residencial	10.540	10.612	8.602
Industrial	79.437	82.154	66.459
Comercial	20.635	19.375	16.169
Rural	56.534	40.197	34.218
Poder Público	8.471	9.095	4.984
Iluminação Pública	13.137	11.246	7.147
Serviço Público	898	1.240	4.419
Falidos e Concordatários	486	164	164
Parcelamentos	49.370	23.576	13.582
Outros Devedores	21.507	23.407	28.715
	<u>261.015</u>	<u>221.066</u>	<u>184.459</u>
Ativo Circulante	219.746	210.128	174.661
Ativo não Circulante	41.269	10.938	9.798

Está reconhecida, em valor considerado suficiente pela Administração, para cobrir as possíveis perdas na realização de créditos, cuja recuperação é considerada improvável.

Para a constituição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, o saldo a receber dos clientes com débitos relevantes é analisado de forma individual, considerando a experiência da Administração em relação às perdas efetivas com consumidores, a existência de garantias reais, a renegociação do débito e à situação do devedor, se em concordata e/ou falência.

**Notas Explicativas às demonstrações contábeis**  
**em 31 de dezembro de 2010**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os seguintes critérios para constituição do PCLD foram adotados:

- consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias;
- consumidores da classe comercial vencidos há mais de 180 dias;
- consumidores das classes industrial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público, vencidos há mais de 360 dias. Além disso, foi constituída provisão de 100% para os consumidores industriais que se encontram em processo de falência.

Nos parcelamentos, foram considerados todos os valores vencidos após duas prestações, independente da classe de consumo;

Para os consumidores considerados relevantes foram provisionados todos os valores, após análise individualizada (garantias reais, devedor costumaz, renegociação de dívida, histórico de perdas, processos de concordata ou falência, idade de cada consumidor, etc).

c) Parcelamentos de créditos de Energia Elétrica

Representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia.

	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2009</b>	<b>01.01.2009</b>
Residencial	14.926	12.373	11.213
Industrial	60.482	25.521	13.430
Comercial	12.021	8.002	6.782
Rural	1.563	1.551	944
Poder Público	35.028	29.505	24.709
Iluminação Pública	2.862	1.177	1.504
Serviço Público	115.053	100.853	97.675
	<b>241.935</b>	<b>178.982</b>	<b>156.257</b>
Ativo Circulante	58.127	60.584	44.670
Ativo não Circulante	183.808	118.398	111.587

**Notas Explicativas às demonstrações contábeis**  
**em 31 de dezembro de 2010**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia estima a realização do parcelamento de créditos de energia elétrica nos seguintes exercícios:

2012	16.161
2013	13.746
2014	11.791
2015	14.490
Após 2015	127.620
	<u>183.808</u>

**8. Tributos e contribuições sociais a compensar**

	Ref.	31.12.2010		31.12.2009		01.01.2009	
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
ICMS - Lei Complementar nº 102/2002	▼ (1)	2.714	4.060	2.546	2.072	647	3.424
Retenções Lei nº 10.833/03		884					
INSS e outros		357		169		84	
Imposto de renda retido na fonte		78					
IRPJ estimado do ano	▼ (2)	991		6.831			
CSLL estimado do ano	▼ (2)	405		2.304			
Tributos a recuperar		92		77		57	
		<u>5.521</u>	<u>4.060</u>	<u>11.927</u>	<u>2.072</u>	<u>788</u>	<u>3.424</u>

- (1) Com base na Lei Complementar nº 102/2002, a Companhia vem registrando ICMS a recuperar no Controle de Apropriação de Crédito do ICMS do Ativo Permanente - CIAP, decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado;

Tais créditos ficam disponíveis para serem compensados com o pagamento de ICMS sobre o faturamento mensal na razão de 1/48. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia estima a realização do ativo de acordo com a despesa esperada nos seguintes exercícios:

2012	2.696
2013	1.266
2014	98
	<u>4.060</u>

- (2) O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre lucro líquido (CSLL) antecipados correspondem aos montantes recolhidos, quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei 9.430, de 27/12/1996, além das antecipações de aplicações financeiras e órgãos públicos e retenção na fonte referente a serviços prestados.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
em 31 de dezembro de 2010  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**9. Tarifa social de consumidores de baixa renda**

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Saldo inicial	9.099	10.504
Valores homologados	54.281	62.502
Valores recebidos	(54.016)	(63.907)
Despacho SRC/ANEEL nº 192	<u>9.364</u>	<u>9.099</u>

Em cumprimento da Lei Federal nº 10.438/2002 e da Resolução ANEEL nº 246/2002, a Companhia criou no exercício de 2003 o Programa de Tarifa Social. Este programa beneficia consumidores com baixo poder aquisitivo e que possuam um consumo médio de até 220 kwh, e atendidos por circuito monofásico através subvenção econômica custeado pelo poder concedente. Os valores das subvenções são apurados mensalmente e após homologação pela ANEEL os recursos financeiros são liberados.

**10. Estoques**

Estão classificados neste grupo os materiais e equipamentos em almoxarifado.

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Almoxarifado	4.425	5.222	3.300
Destinados a alienação	10	96	38
Resíduos e sucatas	2.054		575
	<u>6.489</u>	<u>5.318</u>	<u>3.913</u>

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
em 31 de dezembro de 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**11. Outros créditos**

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Serviços prestados a terceiros	965	1.019	1.096
Reserva Global de Reversão - RGR (PAC ANEEL)		133	654
Serviços em curso*	21.983	11.909	4.823
Recomposição tarifária extraordinária	4.257	4.172	3.406
Cheques em cobrança especial	262	263	709
FINSOCIAL - Precatório - Processo nº 92.000.1248-5	998	997	997
Empréstimos CEAL/SEINFRA	3.922	4.320	4.691
Rendas a receber	478	646	252
FGTS - conta empresa	563	563	563
Outros	146	362	1.438
	<u>33.574</u>	<u>24.384</u>	<u>18.629</u>
Ativo Circulante	24.120	16.678	10.509
Ativo não Circulante	9.454	7.706	8.120

\* Serviços em curso

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Recuperação de transformador de força	1.700	750	1.224
Implantação do manual de controle patrimonial	2.326	-	-
P&D - pesquisa e desenvolvimento	1.908	1.443	2.996
PEE - Programa de eficiência energética	15.387	9.655	577
Outros	662	61	26
	<u>21.983</u>	<u>11.909</u>	<u>4.823</u>

**12. Ativo financeiro da Concessão**

A rubrica Valores a receber por concessões, no montante de R\$ 250.963 refere-se ao ativo financeiro a receber pela Companhia no âmbito da concessão de transporte de eletricidade no Brasil, decorrente da aplicação do modelo financeiro.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
em 31 de dezembro de 2010  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**MOVIMENTAÇÃO - EXERCÍCIO DE 2009**

<b>01.01.2009</b>	<b>(+) Adições</b>	<b>(-) Baixas</b>	<b>(+/-) Transferências</b>	<b>31.12.2009</b>
217.427	47.040	17.040	2.100	283.607
<b>217.427</b>	<b>47.040</b>	<b>17.040</b>	<b>2.100</b>	<b>283.607</b>

**MOVIMENTAÇÃO - EXERCÍCIO DE 2010**

<b>31.12.2009</b>	<b>(+) Adições</b>	<b>(-) Baixas</b>	<b>(+/-) Transferências</b>	<b>31.12.2010</b>
283.607	94.800	(35.262)	17.144	360.289
<b>283.607</b>	<b>94.800</b>	<b>(35.262)</b>	<b>17.144</b>	<b>360.289</b>

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- (b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) será classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

A infra-estrutura recebida ou construída da atividade de distribuição e de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

**Notas Explicativas às demonstrações contábeis**  
**em 31 de dezembro de 2010**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**13. Intangível**

A composição do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

<b>MOVIMENTAÇÃO - EXERCÍCIO DE 2009</b>					
	<b>01.01.2009</b>	<b>(+) Adições</b>	<b>(-) Baixas</b>	<b>(+/-) Transferências</b>	<b>31.12.2009</b>
Ativo Intangível (AIS)	306.248		4.679	2.084	313.011
Amortização acumulada (AIS)	(243.491)	(12.792)	1.214	-	(255.069)
Ativo Intangível (AIC)	13.780	5.177	(326)	(6.911)	11.720
	<b>76.537</b>	<b>(7.615)</b>	<b>5.567</b>	<b>(4.827)</b>	<b>69.662</b>

<b>MOVIMENTAÇÃO - EXERCÍCIO DE 2010</b>					
	<b>31.12.2009</b>	<b>(+) Adições</b>	<b>(-) Baixas</b>	<b>(+/-) Transferências</b>	<b>31.12.2010</b>
Ativo Intangível (AIS)	313.011	7.250	(858)	(248)	319.155
Amortização acumulada (AIS)	(255.069)	(12.612)	(216)	-	(267.897)
Ativo Intangível (AIC)	11.720	38.748	(24.033)	(15.475)	10.960
	<b>69.662</b>	<b>33.386</b>	<b>(25.107)</b>	<b>(15.723)</b>	<b>62.218</b>

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro de indenização.

**14. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio**

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável. Para tanto, a Companhia procedeu o teste do valor recuperável no período de 2011 ao primeiro semestre de 2015 (prazo da atual concessão), com base nas principais premissas: valores projetados para 2011 e constante para os anos subseqüentes, com taxa de crescimento de mercado na ordem de 8%; sem adição de novos investimentos para o período; e a taxa do custo do capital utilizado foi de 5,88%. Com base nessas premissas, o teste não sinalizou indicação de perdas por redução do valor recuperável no final da concessão.

**Notas Explicativas às demonstrações contábeis**  
**em 31 de dezembro de 2010**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia possui contratos de concessão no segmento de distribuição de energia elétrica, firmados com o poder concedente em nível de governo federal brasileiro. O sistema de tarifação da distribuição é controlado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e as tarifas são reajustadas anualmente e revisadas a cada período de quatro anos, tendo como base a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da Companhia, considerando tanto os investimentos efetuados como sua estrutura de custos e despesas. A cobrança pelos serviços ocorre diretamente dos usuários, tendo como base o volume de energia consumido multiplicado pela tarifa autorizada.

**15. Imobilizado**

<b>MOVIMENTAÇÃO - EXERCÍCIO DE 2009</b>					
	<b>01.01.2009</b>	<b>(+) Adições</b>	<b>(-) Baixas</b>	<b>(+/-) Transferências</b>	<b>31.12.2009</b>
Imobilizado em serviço	27.475	-	(89)	3.038	30.424
Depreciação acumulada	(17.880)	(1.316)	-	-	(19.196)
Imobilizado em curso	775	9.494	(6)	(3.815)	6.448
<b>Subtotal</b>	<b>10.370</b>	<b>8.178</b>	<b>(95)</b>	<b>(777)</b>	<b>17.676</b>

<b>MOVIMENTAÇÃO - EXERCÍCIO DE 2010</b>					
	<b>01.01.2009</b>	<b>(+) Adições</b>	<b>(-) Baixas</b>	<b>(+/-) Transferências</b>	<b>31.12.2010</b>
Imobilizado em serviço	30.424	2	(1.589)	4.318	33.155
Depreciação acumulada	(19.196)	(1.925)	1.420	-	(19.701)
Imobilizado em curso	6.448	9.814	-	(5.739)	10.523
<b>Subtotal</b>	<b>17.676</b>	<b>7.891</b>	<b>(169)</b>	<b>(1.421)</b>	<b>23.977</b>

**16. Fornecedores**

	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2009</b>	<b>01.01.2009</b>
Encargos de uso do sistema de transmissão	5.788	2.228	3.049
Suprimento de energia elétrica	38.256	32.757	33.585
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE	515	244	545
Materiais e serviços	46.266	35.079	27.876
	<b>90.825</b>	<b>70.308</b>	<b>65.055</b>

**Notas Explicativas às demonstrações contábeis**  
**em 31 de dezembro de 2010**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**17. Programa de demissão incentivada**

O Programa de Desligamento Incentivado - PDI, proposto pela Companhia, foi aprovado pela Diretoria Executiva, na forma da Resolução nº 68/2008, de 29 de setembro de 2008, pelo Conselho de Administração, conforme Deliberação CA nº 09/2008, de 14 de outubro de 2008, e pelo Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, nos termos do Ofício nº 412/2009/MP/SE/DEST, de 25 de maio de 2009.

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Saldo no início do exercício	8.067	
Provisões do período	546	12.178
Pagamentos efetuados	(8.613)	(4.111)
Saldo no final do exercício	<u>8.067</u>	<u>8.067</u>

**18. Tributos e contribuições sociais**

	Ref.	<u>31.12.2010</u>		<u>31.12.2009</u>		<u>01.01.2009</u>	
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
ICMS		16.879		14.057		15.521	
Contribuição social s/lucro líquido						193	
ISS		919		578		307	
INSS e outras contribuições sociais		2.763		2.203		1.936	
FGTS		698		7.413		567	
PASEP		647		802		951	
COFINS		2.978		3.693		4.378	
Retenções		7.096		5.584		4.322	
IRPJ s/empréstimo e terceiros		251		120		682	
IRPJ						480	
Programa excepcional - PAEX	(1)	2.788	12.889	2.653	14.916	2.513	16.648
Parcelamento INSS					391	703	
Parcelamento ICMS		172				7.896	2.286
		<u>35.191</u>	<u>12.889</u>	<u>37.103</u>	<u>15.307</u>	<u>40.449</u>	<u>18.934</u>

**(1) Programa excepcional – PAEX**

O débito consolidado do PAEX está sendo pago em 120 e 130 parcelas mensais e consecutivas, iniciado em setembro de 2006, e atualizado pela variação da TJLP, das quais já foram liquidadas 46 parcelas. As regras do programa estabelecem como condição de permanência no mesmo a obrigatoriedade do pagamento regular de impostos e contribuições.

**Notas Explicativas às demonstrações contábeis**  
**em 31 de dezembro de 2010**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2010			31.12.2009			01.01.2009		
	Não Circulante			120 meses			130 meses		
	Circulante	circulante	Total	120 meses	130 meses	Total	120 meses	130 meses	Total
PAEX 120 meses	231	887	1.118	216	1.047	1.263	200	1.171	1.371
PAEX 130 meses	2.557	12.002	14.559	2.437	13.869	16.306	2.313	15.477	17.790
	2.788	12.889	15.677	2.653	14.916	17.569	2.513	16.648	19.161

A adesão ao Parcelamento Excepcional – PAEX, em 13/09/2006, teve como fatores determinantes às condições vantajosas determinadas pela Medida Provisória nº 351 de 29/06/2006, dentre elas o alongamento do prazo de pagamento e a mudança de indexado (SELIC - Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia para TJLP – Taxa de Juros em Longo Prazo), os valores declarados correspondem a débitos de tributos e contribuições sociais à Secretaria da Receita Federal – SRF, conforme demonstrado abaixo:

	31.12.2010			31.12.2009			01.01.2009		
	120 meses	130 meses	Total	120 meses	130 meses	Total	120 meses	130 meses	Total
PIS/PASEP	0	603	603	0	603	603	0	603	603
COFINS	1.430	19.474	20.904	1.430	19.474	20.904	1.430	19.474	20.904
	1.430	20.077	21.507	1.430	20.077	21.507	1.430	20.077	21.507
Período 29/09/06 à 31/12/10									
Atualizações - TJLP	353	3.090	3.443	339	2.804	3.143	286	2.255	2.541
Amortização	(665)	(8.608)	(9.273)	(506)	(6.575)	(7.081)	(345)	(4.542)	(4.887)
	1.118	14.559	15.677	1.263	16.306	17.569	1.371	17.790	19.161

## 19. Empréstimos e financiamentos

### a) Composição

Ref.	31.12.2010			31.12.2009			1/1/2009		
	Não Circulante			120 meses			130 meses		
	Circulante	circulante	Total	Circulante	circulante	Total	Circulante	circulante	Total
Moeda nacional									
Eletrobras (1)	59.244	152.842	212.086		117.408	117.408	38.977	303.656	342.633
BNDES (2)	271	270	541	203	492	695	203	632	835
FACEAL (3)	5.342	25.331	30.673	4.487	28.911	33.398	3.825	32.060	35.885
Instituições financeiras (4)	5.951	7.000	12.951	2.743		2.743	8.950	2.387	11.337
	70.808	185.443	256.251	7.433	146.811	154.244	51.955	338.735	390.690
Moeda estrangeira									
Lloyds Bank (5)	76	893	969	79	1.012	1.091	123	1.465	1.588
	70.884	186.336	257.220	7.512	147.823	155.335	52.078	340.200	392.278

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
em 31 de dezembro de 2010  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**b) Detalhamento dos Empréstimos e Financiamentos**

**(1) Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras**

Com o intuito de reestruturação financeira da Companhia, a Eletrobras, através da RES 1253, de 09/12/09, suspendeu a exigibilidade do principal de todos os contratos vigentes durante o período de 01/01/10 a 31/12/10, sendo mantidas as demais condições contratuais nesse período.

Através da Deliberação 204/2009, de 21/12/09, a Eletrobras transformou os contratos de recursos ordinários em adiantamento para futuro aumento de capital, no valor de R\$ 2.747.

**Notas Explicativas às demonstrações contábeis**  
**em 31 de dezembro de 2010**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

31.12.2010							31.12.2009	01.01.2009	
Contrato	Data de Assinatura	Saldo	Taxa de Juros (%a.a.)	Moeda	Index.	P.R.*	Objetivo	Saldo	Saldo
<b>Programa de Obras Realizadas</b>									
ECF-1544/97 - RGR	10/09/97		6,50+2,00	R\$	FINEL	84	Obras de distribuição		599
ECF-1574/97 - RGR	05/11/97		6,50+2,00	R\$	FINEL	84	Obras de distribuição		1837
ECF-1594/97-RGR	13/11/97		5,00+1,00	R\$	FINEL	84	Aquisição medidores		413
ECF-1575/97-RGR	05/11/97	2.205	6,50+2,00	R\$	FINEL	84	Obras subtransmissão	2.159	4.046
ECF-1595/97-RGR	13/11/97	426	5,00+1,00	R\$		84	Iluminação pública	426	632
ECF-1517/97-RGR	05/11/97	163	5,00+1,00	R\$		84	Aquisição medidores	162	502
ECF-1693/98-RGR	14/05/98	1.463	6,50+2,00	R\$	FINEL	84	Obras subtransmissão	1.433	1.857
ECF-1760/98-RGR	01/07/98	1.943	6,50+2,00	R\$	FINEL	84	Obras de distribuição	1.903	3.405
ECF-1862/99-RGR	23/03/99	148	6,50+2,00	R\$		84	Ampliação de SE	148	141
ECF-1891/99-RGR	31/05/99	53	6,50+2,00	R\$	FINEL	17	Supervisão e controle	52	49
ECF-1895/99-RGR	05/07/99	25	6,50+2,00	R\$	FINEL	16	Supervisão e controle	25	23
ECF-1957/99-RGR	27/12/99	3.102	5,00+2,00	R\$		4	Eletrificação rural	3.102	2.951
ECF-1971/00-RGR	05/05/00	7.769	5,00+1,00	R\$		90	Luz no campo	7.769	7.391
ECF-2053/00-RGR	21/08/00	832	5,00+1,00	R\$		34	Obras subtransmissão	832	792
ECF-1958/00-RGR	08/11/00	177	5,00+2,00	R\$		11	Obras subtrans/distr.	177	168
ECF-2070/00-RGR	18/04/01	659	5,00+2,00	R\$		44	Supervisão e controle	659	627
ECF-2129/02-RGR	24/04/02	1.767	5,00+2,00	R\$		48	Obras de distribuição	1.767	1.681
ECF-2263/02-RGR	09/12/02	2.267	5,00+2,00	R\$		48	Obras subtransmissão	2.267	2.156
ECFS-004/04-RGR	27/05/04	4.559	5,00+1,00	R\$		103	Eletrificação rural	4.559	4.337
ECF-2335/04-RGR	12/05/04	1.334	5,00+2,00	R\$		41	Obras subtransmissão	1.334	1.269
ECF-2336/04-RGR	12/08/04	3.494	5,00+2,00	R\$		41	Obras subtransmissão	3.494	3.323
ECF-2337/04-RGR	12/08/04	6.694	5,00+2,00	R\$		47	Obras subtransmissão	6.694	6.368
ECF-2510/05-RGR	27/10/05	8.425	5,00+1,00	R\$		60	Construção de SE	8.425	8.015
ECFS-107/05-RGR	14/12/05	5.858	5,00+1,00	R\$		110	Eletrificação rural	8.146	7.750
ECF-2511/05-RGR	19/01/06	264	5,00+2,00	R\$		52	Aquisição medidores	263	250
ECF-2519/05-RGR	19/01/06	3.940	5,00+2,00	R\$		60	Automação em SE	3.940	2.468
ECF-2565/06-RGR	27/07/06	1.459	5,00+2,00	R\$		57	Combate a perdas	1.459	232
ECF-2567/06-RGR	20/06/06	1.803	5,00+2,00	R\$		57	Obras subtransmissão	1.803	1.715
ECF-2581/06-RGR	31/07/06	5.328	5,00+2,00	R\$		59	Novos consumidores	5.328	5.069
ECFS-171/07-RGR	28/02/07	8.737	5,00+1,00	R\$		120	Eletrificação rural	12.082	11.494
ECF-2632/07-RGR	04/10/07	1.574	5,00+2,00	R\$		60	Combate a perdas	463	441
ECF-2638/07-RGR	04/10/07	6.378	5,00+2,00	R\$		60	Construção de SE	4.535	839
ECF-2646/07-RGR	22/10/07	3.187	5,00+2,00	R\$		60	Combate a perdas	3.174	1.676
ECF-2649/07-RGR	22/10/07	6.271	5,00+2,00	R\$		60	Obras subtransmissão	5.796	2.969
ECFS-196/07-RGR	07/11/07	6.765	5,00+1,00	R\$		120	Eletrificação rural	6.765	7.873
ECFS-242/08-RGR	04/12/08	11.330	5,00+1,00	R\$		120	Eletrificação rural	10.606	
		110.399						111.747	95.358
<b>Programa de Obras em Curso</b>									
ECF-2543/06-RGR	04/04/06	1.985	5,00+2,00	R\$		60	Implantação do Ajuri	877	834
ECF-2647/07-RGR	22/10/07	866	5,00+2,00	R\$		60	Construção de SE	863	821
ECFS-2650/07-RGR	13/11/07	4.223	5,00+2,00	R\$		60	Mapeamento geo-elétrico da distribuição		
ECFS-250/09-RGR	21/08/09	11.764	5,00+1,00	R\$		120	Eletrificação rural	3.921	
ECFS-2867/10-RGR	12/08/10	10.134	5,00+2,00	R\$		60	Recuperação do sistema elétrico		
ECFS-311/10-RGR	09/11/10	3.800	5,00+1,00	R\$		120	Eletrificação rural		
		32.772		R\$				5.661	1.655
RES-149/09-RO	15/03/00		13,63+2,00	R\$	IGPM	96	Capital de giro		116.085
ECF-2011/00-RO	09/08/00		11,82+2,00	R\$	IGPM	93	Capital de giro		37.970
ECF-2101/01-RO	29/10/01		11,42+2,00	R\$	IGPM	96	Capital de giro		60.765
ECF-2703/08-RO	14/08/08		Selic+0,50	R\$	SELIC	60	Capital de giro		30.800
ECF-2761/09-RO	11/08/09	9.840	SELIC	R\$		9	Devolução recursos LPT		
ECF-2860/10-RO	30/05/10	14.158	SELIC+0,05	R\$		60	Capital de giro		
ECF-2876/10-RO	24/10/10	14.817	SELIC+0,05	R\$		1	Capital de giro		
ECF-2880/10-RO	30/11/10	15.000	SELIC+0,05	R\$		60	Capital de giro		
ECF-2900/10-RO	28/12/10	15.100	SELIC+0,05	R\$		1	Capital de giro		
		68.915							245.620
		<b>212.086</b>						<b>117.408</b>	<b>342.633</b>

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
em 31 de dezembro de 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**(2) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES**

Refinanciamento de empréstimo para aplicação na expansão do sistema elétrico, incidindo spread de 8% ao ano sobre a TJLP. A amortização realizada em 240 parcelas mensais a partir de 01.01.1994.

31.12.2010							31.12.2009	01.01.2009	
Contrato	Data de Assinatura	Saldo	Taxa de Juros (%a.a.)	Moeda	Index.	P.R.*	Objetivo	Saldo	Saldo
Rolagem BNDES	01/01/94	<u>633</u>	TJLP+8	R\$	-	42	Expansão do sistema	<u>695</u>	<u>835</u>

**(3) Fundação CEAL de Assistência Social e Previdência - FACEAL**

Na condição de patrocinadora da Fundação, a CEAL atualizou a consolidação e repactuação da dívida acumulada até o exercício de 1996 junto àquela Fundação, decorrente de contribuições não repassadas tempestivamente até então. O novo contrato assinado em 31.07.2005 prevê o pagamento da dívida em 120 parcelas e encargos com base na variação do INPC e juros de 1% ao mês sobre o saldo corrigido. A Companhia mantém o pagamento das parcelas rigorosamente atualizado.

31.12.2010							31.12.2009	01.01.2009	
Contrato	Assinatura	Saldo	Juros (%a.a.)	Moeda	Index.	P.R.*	Objetivo	Saldo	Saldo
FACEAL	31/07/05	<u>30.673</u>	12,68	R\$	INPC	55	Dívida	<u>33.398</u>	<u>35.885</u>

**(4) Instituições financeiras**

Empréstimos contratados com o Banco Mercantil do Brasil, tendo como objetivo capital de giro, atualizado pela taxa de juros de 6,16% a.a. + CDI, com vencimento 05/01/2010; Banco da Indústria e comércio com o objetivo de capital de giro, amortizado em 36 parcelas mensais com vencimento final em 02/08/2010, atualizado pela taxa de juros de 6,80% a.a. + CDI. Também, junto ao Banco do Brasil com o objetivo de capital de giro sob a forma de conta garantida.

31.12.2010							31.12.2009	01.01.2009	
Contrato	Data de Assinatura	Saldo	Taxa de Juros (%a.a.)	Moeda	Index.	P.R.*	Objetivo	Saldo	Saldo
BMB	3/1/2008		CDI+6,16	R\$			Capital de giro	52	611
Banco do Brasil	26/06/07	130	CDI	R\$	-	1	Conta garantida		5.000
BIC	25/05/10	<u>12.821</u>	CDI+5,91	R\$	-	30	Conta garantida	<u>2.691</u>	<u>5.726</u>
		<u>12.951</u>						<u>2.743</u>	<u>11.337</u>

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
em 31 de dezembro de 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**(5) Lloyd Bank**

A reestruturação da dívida em moeda estrangeira, junto a Secretaria do Tesouro Nacional, de médio e longo prazo referente aos financiamentos sob amparo da Lei nº 4.131/1962 está demonstrada no quadro a seguir.

Nos bônus Discount Bond e Par Bond existem garantias depositadas nos valores de R\$ 55 e R\$ 77 (2009 - R\$ 59 e R\$ 82), respectivamente, contabilizados em outros ativos realizáveis em longo prazo.

Contrato	Data de Assinatura	31.12.2010					Objetivo	31.12.2009	01.01.2009
		Saldo	Taxa de Juros (%a.a.)	Moeda	Index.	P.R.*		Saldo	Saldo
Debt Conv.	31/12/97	67	7/8 de 1	US\$	dólar	4	Refinanciamento	116	218
New Money	31/12/97		7/8 de 1	US\$	dólar		Refinanciamento		8
Fliirb	31/12/97		4	US\$	dólar		Refinanciamento		8
C. Bond	31/12/97	110	4	US\$	dólar	8	Refinanciamento	147	242
Discount Bond	31/12/97	325	13/16 de 1	US\$	dólar	1	Refinanciamento	340	457
Par Bond	31/12/97	467	4	US\$	dólar	1	Refinanciamento	488	655
		<b>969</b>						<b>1.091</b>	<b>1.588</b>

\* Prestações Restantes

**1. Composição dos empréstimos e financiamentos por indexador**

	31.12.2010			31.12.2009			01.01.2009		
	Variação no Período (%)	Valor	Part. (%)	Variação no Período (%)	Valor	Part. (%)	Variação no Período (%)	Valor	Part. (%)
Moeda nacional									
INPC	2,57	30.672	11,92	(36,53)	33.398	21,50	6,48	35.885	9,15
IGPM							9,81	214819	54,76
FINEL	0,63	5.689	2,21	(0,35)	5.572	3,59	1,91	11.815	3,01
RGR		137.482	53,45		111.837	72,00		85.199	21,72
SELIC/RO	0,09	68915	26,79					30.800	7,85
Outros	-	13.493	5		3.437	2		12.172	3
		<b>256.251</b>	<b>99,62</b>		<b>154.244</b>	<b>99,30</b>		<b>390.690</b>	<b>99,60</b>
Moeda estrangeira									
Dólar	(1,65)	969	0,38	(25,76)	1.091	0,70	31,94	1.588	0,40
		<b>257.220</b>	<b>100,00</b>		<b>155.335</b>	<b>100,00</b>		<b>392.278</b>	<b>100,00</b>

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
em 31 de dezembro de 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**2. Vencimento das parcelas no não circulante**

	<b>31.12.2010</b>			<b>31.12.2009</b>	<b>01.01.2009</b>
	<b>Moeda Nacional</b>	<b>Moeda Estrangeira</b>	<b>Total</b>		
2010					56.210
2011				29.734	54.151
2012	38.778	37	38.815	29.967	52.911
2013	39.039	30	39.069	28.136	49.493
2014	35.299	23	35.322	23.129	47.234
2015	28.092	11	28.103	11.339	43.029
Após 2015				25.518	37.172
2016	16.437		16.437		
Após 2016	27.798	792	28.590		
	<b>185.443</b>	<b>893</b>	<b>186.336</b>	<b>147.823</b>	<b>340.200</b>

Mutações dos empréstimos e financiamentos

	<b>01.01.2009</b>	<b>Ingressos</b>	<b>Encargos</b>	<b>Varição Monetária</b>	<b>Transfe-rências</b>	<b>Amorti-zações</b>	<b>31.12.2009</b>
Circulante	52.078		5.003	634	2.787	(52.990)	7.512
Não Circulante	340.200	25.117	38.587	(4.332)	(2.787)	(248.962)	147.823
	<b>392.278</b>	<b>25.117</b>	<b>43.590</b>	<b>(3.698)</b>		<b>(301.952)</b>	<b>155.335</b>
	<b>31.12.2009</b>	<b>Ingressos</b>	<b>Encargos</b>	<b>Varição Monetária</b>	<b>Transfe-rências</b>	<b>Amorti-zações</b>	<b>31.12.2010</b>
Circulante	7.512	64.946	5.729	1.119	15.179	(23.601)	70.884
Não Circulante	147.823	56.460	466	2.333	(15.179)	(5.567)	186.336
	<b>155.335</b>	<b>121.406</b>	<b>6.195</b>	<b>3.452</b>		<b>(29.168)</b>	<b>257.220</b>

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
em 31 de dezembro de 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**20. Taxas Regulamentares**

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Quota para RGR	2.147	371	300
Quota para CCC	2.508	462	2.344
Quota para CDE	425	407	348
Proinfa	827		
Varição da quota RGR	1.232	979	
Taxa de fiscalização	135	157	138
	<u><b>7.274</b></u>	<u><b>2.376</b></u>	<u><b>3.130</b></u>

A variação da quota RGR apresentada na tabela acima corresponde à diferença a menor apurada nos recolhimentos da Reserva Global de Reversão - RGR, referente aos exercícios de 2009 e 2010.

**21. Programa de eficiência energética (PEE) e pesquisa e desenvolvimento (P&D)**

	<u>31.12.2010</u>		<u>31.12.2009</u>		<u>01.01.2009</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
P&D - FNDCT	237		199		1.576	
P&D - MME	119		100		788	
Ressarcimento ICMS	987					
P&D - Recursos a aplicar	4.000	7.326	6.836	2.978	2.668	14.350
PEE - Recursos a aplicar	5.700	13.185	19.185	426	3.529	4.762
	<u><b>11.043</b></u>	<u><b>20.511</b></u>	<u><b>26.320</b></u>	<u><b>3.404</b></u>	<u><b>8.561</b></u>	<u><b>19.112</b></u>

Programa de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento são programas de reinvestimentos exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas, conforme resolução no. 300/2005.

Ressarcimento ICMS - provisão dos recursos para custear o ressarcimento de Estados e Municípios que tiverem perda de receita, decorrente da arrecadação de Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS incidente sobre combustíveis fósseis utilizados para geração de energia elétrica, nos vinte e quatro meses seguintes à interligação dos respectivos Sistemas Isolados ao Sistema Interligado Nacional – SIN, conforme determinação da ANEEL através da Resolução Normativa nº 410, de 24 de agosto de 2010.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
em 31 de dezembro de 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**22. Provisões para demandas judiciais**

As provisões para contingências são baseadas na estimativa da opinião dos nossos consultores jurídicos das possíveis indenizações por ações cíveis, tributárias e trabalhistas que se acham em tramitação em diversas instâncias de decisão judicial.

	<b>Ref.</b>	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2009</b>	<b>01.01.2009</b>
Trabalhistas	(1)	20.523	16.837	19.961
Cíveis	(2)	21.464	14.632	10.494
Tributárias	(3)	35.101	33.167	30.815
		<u>77.088</u>	<u>64.636</u>	<u>61.270</u>

Mutações das provisões para demandas judiciais

	<b>01.01.2009</b>	<b>Constituição</b>	<b>(-) Reversão</b>	<b>31.12.2009</b>
Trabalhistas	19.961	2.080	(5.204)	16.837
Cíveis	10.494	4.219	(81)	14.632
Tributárias	30.815	2.352		33.167
	<u>61.270</u>	<u>8.651</u>	<u>(5.285)</u>	<u>64.636</u>

  

	<b>31.12.2009</b>	<b>Constituição</b>	<b>(-) Reversão</b>	<b>31.12.2010</b>
Trabalhistas	16.837	4.370	(684)	20.523
Cíveis	14.632	13.624	(6.792)	21.464
Tributárias	33.167	1.934		35.101
	<u>64.636</u>	<u>19.928</u>	<u>(7.476)</u>	<u>77.088</u>

Quantidade de processos judiciais em andamento:

	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2009</b>	<b>01.01.2009</b>
Juizados especiais	994	827	813
Justiça do trabalho	858	952	1.259
Justiça estadual	1.123	1.013	926
Justiça federal	53	49	44
Outros	688	699	521
	<u>3.716</u>	<u>3.540</u>	<u>3.563</u>

**Notas Explicativas às demonstrações contábeis**  
**em 31 de dezembro de 2010**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**(1) Trabalhistas**

Nesse agrupamento, a Companhia figura nos processos basicamente na qualidade de Ré, vez que geralmente o que se discute na Justiça do Trabalho são diversas ações movidas contra a Companhia por ex-empregados, empregados do quadro atual e terceirizados, envolvendo principalmente: adicional de periculosidade, diferença de adicional de periculosidade, diferença salariais, férias, férias proporcionais, gratificação de função, horas extras, verbas rescisórias, plano Bresser, multa compensatória de 40% sobre saldo dos expurgos inflacionários depositados em conta vinculada de ex-obreiros, indenização por danos morais decorrentes de acidentes de trabalho e reintegração de demitidos.

	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2009</b>	<b>01.01.2009</b>
Provável	20.523	16.837	19.961
Possível	6.268	2.989	3.588
Remota	1.373	1.307	2.140
	<b>28.164</b>	<b>21.133</b>	<b>25.689</b>

**(2) Cíveis**

Nas ações cíveis o maior número de processos diz respeito à recuperação de crédito (cobrança, execução etc.), estando à Companhia no pólo ativo da demanda, e a responsabilidade civil (indenizações por danos materiais, morais etc.), quando a Companhia figura no pólo passivo da relação processual.

**Notas Explicativas às demonstrações contábeis**  
**em 31 de dezembro de 2010**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>Ref.</b>	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2009</b>	<b>01.01.2009</b>
Probabilidade de perda				
Provável				
Indenização	(a)	10.110	6.655	4.695
Ação civil pública	(b)		14	13
Revisonal de contratos	(c)		1	1
Repetição de indébito	(d)	58	58	58
Execução fiscal/embargos	(e)	8	6	6
Juizados especiais	(f)	7.843	5.133	3.384
Outros	(g)	3.445	2.765	2.337
		<u>21.464</u>	<u>14.632</u>	<u>10.494</u>
Probabilidade de perda				
Possível				
Indenização	(a)	16.621	14.609	15.026
Ação civil pública	(b)	12.791	12.881	12.405
Revisonal de contratos	(c)	21	11	10
Repetição de indébito	(d)	61	12	10
Execução fiscal/embargos	(e)	402	858	858
Juizados especiais	(f)	1.587	1.650	
Outros	(g)	13.474	6.642	5.506
		<u>44.957</u>	<u>36.663</u>	<u>33.815</u>
Probabilidade de perda				
Remota				
Indenização	(a)	6.141	3.462	3.441
Ação civil pública	(b)	26	111	79
Revisonal de contratos	(c)			
Repetição de indébito	(d)	1.321	1.321	1.321
Execução fiscal/embargos	(e)	658	658	659
Juizados especiais	(f)	288	355	
Outros	(g)	26.999	26.977	27.312
		<u>35.433</u>	<u>32.884</u>	<u>32.812</u>

(a) Indenização: agrupamento dos processos que envolvem pedido de indenização por danos morais ou materiais. Os fatos geradores mais comuns são: acidentes nos sistemas de transmissão de energia elétrica do Sistema Elétrico de Potência, com ou sem óbito; defeitos na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica, com danificação de aparelhos elétricos dos consumidores; interrupção indevida do fornecimento de energia elétrica; inclusão indevida do consumidor nos cadastros de inadimplentes.

**Notas Explicativas às demonstrações contábeis**  
**em 31 de dezembro de 2010**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) MS/Ação Civil Pública: agrupamento das ações que envolvem a suposta coação ilegal de autoridade revestida nas atribuições do poder concedente (interrupção do fornecimento de energia elétrica, negativa de ligação de consumidor ao Sistema Elétrico de Potência etc.) e as ações de interesse público, que induzem à participação do Ministério ou Defensoria Pública (defesa de direitos coletivos difusos).

(c) Revisional de Contratos: agrupamento das ações propostas pelos consumidores que entendem existir algum problema ou erro com o contrato firmado com a concessionária.

(d) Repetição de Indébito: agrupamento de ações propostas com consumidores que alegam ter pago à concessionária mais do que era efetivamente devido, e através das referidas ações, pedem a devolução do pagamento supostamente indevido.

(e) Execução fiscal/Embargos: agrupamento das ações propostas pelas Fazendas Públicas (Municipal, Estadual e Federal) objetivando cobrar da concessionária eventuais dívidas, em geral de natureza tributária.

(f) Juizados especiais: ações cíveis tramitando no Juizado Especial no montante estimado de R\$ 4.924, referem-se a: cancelamento de dívida, declaração de nulidade, indenização por danos morais, indenização por danos materiais, renegociação de dívida, repetição de indébito, revisão de consumo.

(g) Outros: agrupamento das demais ações não incluídas nos tópicos nominados especificamente seja na esfera administrativa (PROCON, Procuradorias etc.), seja na esfera judicial.

**(2) Tributárias**

**ICMS Baixa Renda**

Apesar de a demanda em epígrafe se tratar ainda de lide administrativa, sem interferência do Judiciário, destacamos sua importância.

Os objetos da presente análise cingiram aos Autos de Infração nº 99.78026-001 e nº 99.78026-002, todos relacionados com a falta de recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviço – ICMS – devido nas operações com fornecimento de energia elétrica dos consumidores enquadrados na subclasse residencial Baixa Renda.

Auto de Infração nº 99.78026-001 – O Auto de Infração foi relativo ao recolhimento do ICMS da subclasse Baixa Renda referente ao período de maio a dezembro de 2002, ou seja, diante de prazo decadencial de 05 anos, já ultrapassado, não poderia a Secretaria da

## Notas Explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Fazenda do Estado de Alagoas lavrar o respectivo auto de infração, por não ser possível constituir o crédito tributário em face de incidência da decadência.

A supracitada tese foi levantada na preliminar da Defesa do Auto de Infração perante a autoridade fazendária estadual, pelo que entendemos que a possibilidade de êxito é provável, tanto administrativa quanto judicialmente, caso haja necessidade.

Auto de Infração nº 99.78026-002 – O segundo Auto de Infração notificou a CEAL para a mesma falta de recolhimento do ICMS da subclasse Baixa Renda, porém, relativa ao período de 2003 a 2005, sendo argüida perante a autoridade administrativa preliminar de decadência, desta vez, referente ao período de janeiro a maio de 2003, daí que também entendemos, quanto ao período destacado, que a possibilidade de êxito é provável, tanto administrativa quanto judicialmente, caso haja necessidade.

Como a tese levantada (mérito), em relação ao período pós-decadencial, tem grande restrição perante o Fisco estadual, entendemos que as chances de êxito na seara administrativa são remotas, porém, consideramos que lides impetrada perante o Poder Judiciário teriam chances bem maiores, tornando a possibilidade de reversão da autuação possível.

### **PLANO BRESSER**

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Alagoas, na qualidade de substituto processual, aforou reclamação trabalhista em favor dos empregados da Companhia Energética de Alagoas – CEAL, visando o recebimento de supostas diferenças salariais ocorridas em virtude da implantação do denominado “Plano Bresser” (Decreto-Lei nº 2.335/87).

O pedido teve amparo perante a Egrégia Segunda Junta de Conciliação e Julgamento de Maceió-AL, decisão esta confirmada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, transitando em julgado.

Ocorre que, na execução da sentença, o Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Maceió entendeu a época que não deveria haver limitação a data-base da categoria, o que extraordinariamente oneraria a execução, conseqüentemente criaria uma dívida vultosa.

Daí o risco avaliado de perda ser possível, pois o julgamento da limitação à data-base da categoria dar-se-á com a continuidade da execução, uma vez que, conforme a OJ/TST (SDI I) nº 262, não ofende “à coisa julgada a limitação à data-base da categoria, na fase executória, da condenação ao pagamento de diferenças salariais decorrentes de planos econômicos”.

Junta-se a isso o fato de a União ter ingressado no feito como assistente, o que reforça a defesa da CEAL na busca pela limitação à data base.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
em 31 de dezembro de 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**23. Outras contas a pagar**

	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2009</b>	<b>01.01.2009</b>
Consumidores	3.981	4.164	4.045
Contribuição patrocinadora	706	703	895
Contribuição patrocinadora - suplementar	(1) 16.787	18.038	19.309
Cauções em garantia	835	852	808
CIP - faturada e arrecadada	(2) 11.171	10.377	14.643
Multas ANEEL e ARSAL	8.153	1.963	1.552
Eletrobras - devolução de recursos CDE/PLpT	(3) 14.690	9.155	
Ressarcimento ICMS- Of. 965/2010 - ANEEL	(4) 985		
Outros	1.170	2.423	2.330
	<b>58.478</b>	<b>47.675</b>	<b>43.582</b>
Ativo Circulante	40.108	28.067	22.564
Ativo não Circulante	18.369	19.608	21.018

- Contribuição suplementar da patrocinadora – Com a vigência do Plano de “Contribuição Definida (cd) nº 001” da FACEAL, em setembro de 2008, o saldo determinado atuarialmente foi registrado no Plano Previdenciário nº2, como Provisão Matemática a Constituir ajustado entre a Companhia e FACEAL, para ser amortizada através de contribuições suplementares relativas à “Serviço Passado”, em 100 (cem) parcelas acrescidas de juros a taxa real de 5% (cinco por cento) ao ano, sobrecarga administrativa de 15% (quinze por cento) e corrigidas pelo INPC do IBGE.
- Contribuição para Custo do Serviço de Iluminação Pública – CIP, tributo que incide sobre a prestação do serviço de iluminação pública, efetuada pelo Município, no âmbito do seu território, instituído pelo Art. 149-A da Constituição Federal. Estas contribuições são cobradas nas contas de energia e quando arrecadadas são repassadas as Prefeituras Municipais.
- Refere-se a valores recebidos e não utilizados no Programa Luz para Todos, cuja devolução é feita através de confissão de dívida entre a Companhia e a Eletrobras.
- Através da Resolução Normativa nº 410, de 24 de agosto de 2010, a ANEEL regulamentou o art. 6º da lei nº 12.111, de 2009, que determina o ressarcimento a Estados e Municípios com perda de receita decorrente da arrecadação de ICMS incidente sobre combustíveis fósseis utilizados para geração de energia elétrica, em virtude da interligação dos respectivos Sistemas Isolados ao Sistema Interligado Nacional – SIN.

**24. Adiantamento para futuro aumento de capital**

**Notas Explicativas às demonstrações contábeis**  
**em 31 de dezembro de 2010**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Referem-se a aporte de recursos pela Eletrobras e que são atualizados monetariamente até a efetiva capitalização. Em 31 de dezembro de 2010 o saldo apresentado é de R\$ 7.485 (2009 – R\$ 525.484).

Em 2010 houve aporte para liquidação de débitos com compra de energia, cobertura de déficit operacional e capital de giro no montante de R\$ 242.738:

<u>Adiantamentos</u>	<u>Saldo devedor</u>
Resolução 400/202 de 20.06.2002	10.970
Resolução 401/2002 de 20.06.2002	28.161
Resolução 402/2002 de 20.06.2002	21.355
Resolução 624/2003 de 11.09.2003	105.752
Resolução 105/2004 de 16.02.2004	18.924
Resolução 394/2005 de 25.05.2004	19.127
Resolução 706/2005 de 23.08.2005	22.079
Resolução 896/2005 de 04.10.2005	16.370
	<u><b>242.738</b></u>

Conforme Deliberação 204/2009 de 21 de dezembro de 2009, aprovada pelo Conselho de Administração da Eletrobras, houve transformação em Adiantamento para Futuro Aumento de Capital dos empréstimos concedidos com recursos ordinários, no montante de R\$ 282.746, conforme descrito a seguir:

<u>Contrato</u>	<u>Saldo devedor</u>
ECF 2011/00-96	42.160
ECF 2101/01	67.220
RES 0149/00-96	131.196
ECF 2703/08	34.133
ECF 1544/97- NV	637
ECF 1574/97- NV	1.955
ECF 1575/97- NV	2.146
ECF 1693/98- NV	543
ECF 1760/98- NV	1.719
ECF 1517/97- NV	365
ECF 1594/97- NV	434
ECF 1595/97- NV	238
	<u><b>282.746</b></u>

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
em 31 de dezembro de 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 17/12/2010, através da Assembléia Geral Ordinária os valores dos adiantamentos foram capitalizados no valor de R\$ 525.484, e o saldo dos adiantamentos corrigidos e não integralizados passou a ser novo AFAC.

**25. Capital social**

	31/12/2010					
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quant.*	Part. (%)	Quant.*	Part. (%)	Quant.*	Part. (%)
Eletrobras	259.955	74,84	5.621	94,03	265.576	75,16
BNDESPAR	64.276	18,50	41	0,69	64.317	18,20
Municípios	11.820	3,40	65	1,09	11.885	3,36
Demais pessoas jurídicas	7.978	2,30	215	3,60	8.193	2,32
Pessoas físicas	3.320	0,96	36	0,60	3.356	0,95
	<b>347.349</b>	<b>100</b>	<b>5.978</b>	<b>100</b>	<b>353.327</b>	<b>100</b>

\* Quantidades em milhares de ações

Na Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 17 de dezembro de 2010, foi aprovado o aumento do capital social no valor de R\$ 525.484 com os créditos de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC das Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobras.

A Composição acionária após a integralização do capital social passou a ser:

	31.12.2010					
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quant.*	Part. (%)	Quant.*	Part. (%)	Quant.*	Part. (%)
Eletrobras	516.593	100,00	8.891	100,00	525.484	100,00

\* Quantidades em milhares de ações

As ações ordinárias, na forma nominativa e escritural, têm direito de voto. Às ações preferenciais, conforme estatuto social é assegurado um dividendo mínimo prioritário e cumulativo de 10% ao ano, calculado sobre o valor do capital integralizado, relativo a essa classe de ações.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
em 31 de dezembro de 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**26. Resultado por ação**

**a) Básico**

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria

	<b>31.12.2009</b>	
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferencias</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	33.149	628
Média ponderada da quantidade de ações básicas	347.349	5.978
Resultado básico por ação	<u>0,10</u>	<u>0,11</u>

  

	<b>31.12.2010</b>	
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferencias</u>
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(41.825)	(792)
Média ponderada da quantidade de ações básicas	353.841	6.090
Resultado básico por ação	<u>(0,12)</u>	<u>(0,13)</u>

**b) Diluído**

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas: AFAC. De acordo com o cálculo efetuado pela Administração, as ações potenciais são antidiluidoras, pois sua conversão em ações ordinárias / preferenciais diminui o prejuízo por ação, portanto, o prejuízo por ação diluído é igual ao lucro por ação básico apresentado acima.

**27. Receita**

	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2009</b>
Fornecimento e suprimento de energia elétrica	(a) 677.388	664.404
Tarifa social de consumidores de baixa renda	53.748	61.239
Receita para disponibilidade da rede elétrica	163.233	154.044
Receita de construção	(b) 60.669	66.594
Outras	(c) 8.372	7.760
Deduções da receita	(d) (257.413)	(259.197)
<b>Receita Líquida</b>	<u><b>705.997</b></u>	<u><b>694.844</b></u>

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
em 31 de dezembro de 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**a) Fornecimento de energia elétrica**

	Não Auditado					
	Nº de Consumidores		MWh		Valor	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Fornecimento e suprimento						
Residencial	805.236	761.400	924.743	853.067	272.318	286.301
Industrial	2.642	2.650	467.648	353.865	92.035	76.818
Comercial	50.305	48.887	530.211	487.051	170.259	175.639
Rural	9.908	9.624	147.680	167.200	27.662	28.189
Poder público	7.928	7.798	127.958	122.397	37.292	39.419
Iluminação pública	163	150	136.058	135.147	23.502	26.859
Serviço público	1.074	1.061	168.549	166.593	31.241	34.290
	<u>877.256</u>	<u>831.570</u>	<u>2.502.847</u>	<u>2.285.320</u>	<u>654.309</u>	<u>667.515</u>
Energia livre						(5.786)
Energia de curto prazo					23.079	2.675
	<u>877.256</u>	<u>831.570</u>	<u>2.502.847</u>	<u>2.285.320</u>	<u>677.388</u>	<u>664.404</u>

Nestas informações não constam consumo próprio.

Revisão Tarifária – Através da Resolução Homologatória nº 873, de 25 de agosto de 2009, com vigência a partir de 28 de agosto de 2009 a 27/08/2010, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, homologou o resultado da segunda revisão tarifária periódica da CEAL, com a fixação do reposicionamento tarifário médio de -13,90% (treze vírgula noventa por cento negativos), sendo -17,71% (dezessete vírgula setenta e um por cento negativos) relativos aos componentes econômicos, e 3,81% (três vírgula oitenta e um por cento) relativos aos componentes financeiros adicionais. Fixando também as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD) e o valor da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE e do Encargo de Serviço do Sistema – ESS, e Atualizando a da Receita Anual às demais Instalações de Transmissão, vigente no período de 28 de agosto de 2009 a 27 de agosto de 2010.

Reajuste Tarifário – Através da Resolução Homologatória nº 1.047, de 19 de agosto de 2010, com vigência a partir de 28 de agosto de 2010 a 27 de agosto de 2011, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, homologou o reajuste tarifário de 12,71% (doze vírgula setenta e um por cento), sendo 8,32% (oito vírgula trinta e dois por cento) relativos aos componentes econômicos, e 4,39% (quatro vírgula trinta e nove por cento) relativos aos componentes financeiros adicionais o que levou a um efeito médio de 6,56% (seis vírgula cinquenta e seis por cento). Fixando também as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD) e o valor da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE e do Encargo de Serviço do Sistema – ESS, e Atualizando a da Receita Anual às demais Instalações de Transmissão.

**b) Receita de construção**

**Notas Explicativas às demonstrações contábeis**  
**em 31 de dezembro de 2010**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Procedimentos Técnicos CPC 17 – Contrato de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infra-estrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (ii) toda receita de construção esta relacionada com a construção de infra-estrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infra-estrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

**c) Outras Receitas**

	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2009</b>
Renda da prestação de serviços	17	41
Arrendamentos e aluguéis	3.666	2.491
Serviço taxado	2.041	2.348
Outras	2.648	2.880
	<b>8.372</b>	<b>7.760</b>

**d) Deduções da Receita**

	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2009</b>
ICMS sobre venda de energia elétrica	(168.218)	(172.539)
COFINS	(37.643)	(42.040)
PASEP	(8.172)	(9.128)
Quota para a reserva global de reversão - RGR	(6.207)	(5.458)
Encargos do consumidor - PEE	(3.113)	(3.116)
Encargos do consumidor - CDE	(5.095)	(4.886)
Encargos do consumidor - CCC	(23.851)	(18.866)
Encargos do consumidor - P&D	(3.113)	(3.084)
Outros encargos	(2.001)	(80)
	<b>(257.413)</b>	<b>(259.197)</b>

**28. Resultado operacional**

**Notas Explicativas às demonstrações contábeis**  
**em 31 de dezembro de 2010**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2010				31.12.2009			
	Custo do Serviço de E.Elétrica e Prestados a Terceiros	Despesas com Vendas	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Custo do Serviço de E.Elétrica e Prestados a Terceiros	Despesas com Vendas	Despesas Gerais e Administrativas	Total
Custos e despesas operacionais								
Pessoal (1)	(102.571)		(38.714)	(141.285)	(92.068)		(32.533)	(124.601)
Administradores			(163)	(163)			(122)	(122)
Material	(3.041)		(464)	(3.505)	(3.941)		(472)	(4.413)
Serviço de terceiros (2)	(30.662)	(8.805)	(23.346)	(62.813)	(24.765)	(19.061)	(10.215)	(54.041)
Taxa de fiscalização			(1.777)	(1.777)			(1.748)	(1.748)
Energia comprada para revenda (3)	(342.332)			(342.332)	(275.085)			(275.085)
Encargo de uso do sist. Transmissão (4)	(44.324)			(44.324)	(35.918)			(35.918)
Depreciação	(14.941)		(852)	(15.793)	(13.294)		(690)	(13.984)
Custo de construção	(60.669)			(60.669)	(66.594)			(66.594)
Baixa do Rateio de administração geral	(338)			(338)	(4.135)			(4.135)
Arrendamentos e alugueis	(2.942)		(324)	(3.266)	(2.625)		(688)	(3.313)
Seguros	(22)		(778)	(800)	(15)		(413)	(428)
Tributos	(1.280)		(310)	(1.590)	(1.228)		(377)	(1.605)
Doações	(118)		(19)	(137)	(3)		(121)	(124)
(-) Recuperações de despesas	1.034			1.034	1.545			1.545
Provisões líquidas (5)		(39.949)	(25.038)	(64.987)		(39.108)	(10.566)	(49.674)
Outros	(2.458)	(8.336)	(648)	(11.442)	(2.706)	(11.753)	(218)	(14.677)
	(604.664)	(57.090)	(92.433)	(754.187)	(520.832)	(69.922)	(58.163)	(648.917)
Outras receitas (despesas) operacionais				(417)				(1.805)
Receita operacional líquida				705.997				694.844
				<b>(48.607)</b>				<b>44.122</b>

**(1) Pessoal**

	31.12.2010	31.12.2009
Remuneração	57.579	52.324
Incentivo PDI	900	11.902
Encargos sociais	23.258	18.696
Encargos sociais - FGTS/PDI	(492)	9.931
Auxílio alimentação	11.366	8.948
Convênio assistencial	5.341	5.549
Benefício pós emprego	136	1.027
Entidade de previdência privada - FACEAL	3.419	(7.971)
Provisões de férias e 13º salário e respectivos encargos	29.591	23.478
Participação no resultado / Abono	11.171	5.173
Outras (auxílio creche, bolsa de estudo, treinamento, etc)	7.733	5.098
Transferências	(8.717)	(9.554)
	<b>141.285</b>	<b>124.601</b>

Variação decorrente de acordo coletivo: reajuste do salário e outros benefícios em 5,26%; concessão de abono salarial e Participação nos Lucros e Resultado.

**(2) Serviço de terceiros**

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
em 31 de dezembro de 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Serviços de manutenção	4.333	3.272
Corte e religação	2.522	4.215
Serviços comerciais	21.014	22.772
Vigilância	5.272	3.515
Manutenção e desenvolvimento de software	2.457	1.319
Transportes, hospedagem e alimentação	5.612	2.779
Telecomunicações	6.060	4.788
Combate a inadimplência e as perdas	6.214	2.883
Limpeza e conservação	1.392	1.784
Manutenção e reparo de veículos, móveis e equipamentos	2.254	1.503
Honorários advocatícios	1.276	1.057
Outros ajustes	4.407	4.154
Saldo no final do exercício	<u>62.813</u>	<u>54.041</u>

**(3) Energia elétrica comprada para revenda**

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
em 31 de dezembro de 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Cemig	11.134	10.478
Cdsa	839	803
Ceee	4.306	4.235
Cesp	23.589	21.805
Chesf	45.190	43.289
Copel	20.163	19.303
Duke Energy	16.857	16.200
Eletronorte	46.059	43.867
Emae	1.703	1.589
Energest	1.348	1.292
Furnas	70.651	68.181
Light	5.003	4.792
Tractabel	6.477	5.210
Petrobrás	4.697	
Proinfa	14.340	6.789
Cgte	2.053	628
CCEE curto prazo	4.052	1.333
CCEE disponibilidade ACR	8.035	231
Contratação energia de reserva	2.388	
MCS D	43.955	28.093
Outros	9.493	(3.033)
	<u><b>342.332</b></u>	<u><b>275.085</b></u>

Varição decorrente do aumento do mercado consumidor e reajuste de preço em agosto de 2010 (reajuste tarifário)

A seguir, demonstramos o montante de energia elétrica comercializada pela CEAL (Mwh).

	<u>MWh</u>	
	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Energia Contrato Leilão - CCEAR 2005	1.808.784	1.752.001
Energia Contrato Leilão - CCEAR 2006	819.829	754.465
Energia Contrato Leilão - CCEAR 2007	782.416	770.944
Energia Contrato Leilão - CCEAR 2008	101.956	81.711
Energia Contrato Leilão - CCEAR 2009	115.245	108.883
Energia Contrato Leilão - CCEAR 2010	192.900	
Proinfa	66.236	58.077
CCEE	34.635	15.557
	<u><b>3.922.001</b></u>	<u><b>3.541.638</b></u>

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
em 31 de dezembro de 2010  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**(4) Encargos de uso do sistema de transmissão**

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Partes relacionadas	20.774	18.400
Terceiros	17.118	2.179
Encargos serviço sistema- ESS	<u>6.432</u>	<u>15.339</u>
	<u><b>44.324</b></u>	<u><b>35.918</b></u>

De acordo com o Despacho nº 1.618, de 23 de abril de 2008, deverá ser realizada a transferência de receita para atividade de distribuição, adotando para fins de valoração uma única Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição – TUSD média.

Compra de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE - Nos exercícios de 2010 e 2009, a Companhia efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da CCEE, a seguir demonstrado:

	<u>MWh</u>		<u>Valores</u>	
	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
CCEE				
Compra	<u>34.635</u>	<u>15.557</u>	<u>4.052</u>	<u>1.333</u>
Venda	<u>138.188</u>	<u>70.809</u>	<u>1.122</u>	<u>2.675</u>

**(5) Provisões líquidas**

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Trabalhistas	18.206	8.930
Cíveis	6.832	4.138
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	<u>39.949</u>	<u>36.606</u>
	<u>64.987</u>	<u>49.674</u>

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
em 31 de dezembro de 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**29. Outras despesas operacionais líquidas**

	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2009</b>
Ganhos (perdas) na desativação de bens e direitos	90	(1.122)
Pessoal cedido	(711)	(524)
Encerramento de ordens de serviços - ODS e outros	<b>204</b>	<b>(159)</b>
	<b>(417)</b>	<b>(1.805)</b>

**30. Resultado financeiro**

	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2009</b>
<b>Receitas</b>		
Renda de aplicações financeiras	650	943
Variação monetária - energia livre	5.553	4.298
Variação monetária - parcelamento	6.320	4.051
Variação monetária - depósitos judicial	3.650	1.114
Variação monetária - outras	609	579
Acréscimo moratórias conta de energia	37.412	33.241
Juros sobre parcelamentos	6.979	5.200
Outras	268	698
	<b>61.441</b>	<b>50.124</b>
<b>Despesas</b>		
Encargos de dívidas (líq. Transferências p/imobilizado)	(17.959)	(49.443)
Variação monetária - fornecedores	(1.547)	(166)
Variação monetária - empréstimos e financiamentos	(2.683)	4.445
Variação monetária - taxa de câmbio	45	391
Variação monetária - energia livre	(4.894)	3.482
Variação monetária - aumento de capital	(7.485)	(6.903)
Variação monetária - PEE e P&D	(1.299)	(418)
Variação monetária - FACEAL	(2.905)	(2.181)
Variação monetária - PAEX		(1.194)
Variação monetária - outras	(82)	1.112
Juros ICMS baixa renda	(1.615)	(1.822)
Juros e taxa de administração da contr.complementar - FACEAL	(293)	(651)
Outras despesas financeiras - multas ANEEL/ARSAL	(6.342)	(1.154)
Outras despesas financeiras - devolução DIC/FIC	(4.092)	
Outras despesas financeiras - IOF/CPMF	(2.404)	(1.163)
Multas moratórias	(409)	(56)
Outras	(1.487)	(2.451)
	<b>(55.451)</b>	<b>(58.172)</b>
	<b>5.990</b>	<b>(8.048)</b>

**Notas Explicativas às demonstrações contábeis**  
**em 31 de dezembro de 2010**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Encargos de dívidas, são encargos financeiros sobre os empréstimos e financiamentos com a Eletrobras e a FACEAL, cujo valores são apropriados e pagos (a variação de 2010 em relação a 2009 deve-se a transformação dos contratos com recursos ordinários em Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital ocorrida em 21/12/09 através da Deliberação 204/2009).

**31. Caixa gerado nas operações**

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
<b>Atividades Operacionais</b>		
Lucro (Prejuízo) do exercício antes do imposto de renda e contribuição	(42.617)	36.074
Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa		
Depreciação e amortização	37.358	32.591
Juros, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos, contingências, PCLD e outros	<u>56.220</u>	<u>97.798</u>
	50.961	166.463
Variações no capital circulante		
Consumidores e concessionárias	(68.944)	(25.084)
Programa de redução do consumo de energia elétrica	67	26
Encargos tarifários	182	3
Energia livre	3.693	2.026
Tributos e contribuições sociais a compensar	4.418	(9.787)
Tarifa social de consumidores de baixa renda	(265)	1.405
Estoques	(1.171)	(1.405)
Outros créditos	(9.190)	(5.755)
Cauções e depósitos judiciais	(144)	(4.340)
Fornecedores	20.517	5.253
Folha de pagamento	(8.137)	(8.526)
Tributos e contribuições sociais	(3.367)	2.654
Provisões para férias e respectivos encargos setoriais	1.101	264
Benefício a empregado	(1.296)	1.079
Taxas regulamentares	4.898	(754)
Programa de eficiência energética	1.830	2.051
Obrigações vinculadas	34.731	42.405
Outras variações de ajustes CPC	(1.169)	(19.224)
Outras contas a pagar	<u>19.462</u>	<u>(2.665)</u>
	<u>(2.784)</u>	<u>(20.374)</u>
<b>Caixa gerado pelas operações</b>	<b><u>48.177</u></b>	<b><u>146.089</u></b>

**32. Plano nacional de universalização do acesso e uso de energia elétrica**

A Resolução ANEEL nº 223, de 29.04.2003, alterada pela Resolução nº. 52, de 25.03.2004, estabeleceu as condições gerais para elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica, visando ao atendimento de novas unidades consumidoras, ou aumento de carga, regulamentando o disposto nos artigos 14 e 15 da

## Notas Explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Lei nº 10.438, de 26.04.2002, e fixou as responsabilidades das concessionárias e permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica.

A Lei no 10.762, de 11.11.2003, alterou a prioridade de atendimento aos municípios, dando ênfase aos com menor índice de eletrificação e limitou esse atendimento a apenas novas unidades, ligadas em baixa tensão (inferior a 2,3 kV), com carga instalada de até 50 kW.

### **a) Programa Luz para Todos**

O Decreto Presidencial no 4.873, de 11.11.2003, instituiu o Programa Luz para Todos, destinado a propiciar, até o ano de 2008, o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não tem acesso a esse serviço público.

Com a publicação do Decreto nº. 7.324, de 05 de outubro de 2010, o Programa Luz para Todos foi estendido até dezembro de 2011 para que os contratos de financiamento firmados e que estivessem em tramitação fossem concluídos. Para o Estado de Alagoas foi definido um Termo de Compromisso com 84.684 domicílios rurais a ser eletrificado.

Em 2010, a Companhia Energética de Alagoas - CEAL eletrificou 13.134 domicílios rurais, totalizando 85.944 no período 2004/2010, ou seja, 98,11% da meta de 87.600 ligações.

Para garantir o andamento do Programa, a Companhia Energética de Alagoas – CEAL vem realizando vários investimentos no sistema de Transmissão e Distribuição, onde já foram reformados 1.208,59 km de linhas de Distribuição (Reforço de Rede), sendo 569,14 km só em 2010. Além disso, foram instalados Reguladores de Tensão e Banco de Capacitores. As obras de Reforço de Rede trazem vários benefícios como à melhoria da qualidade do fornecimento e confiabilidade, além da redução das perdas no Sistema Elétrico da Eletrobras Distribuição Alagoas.

**Notas Explicativas às demonstrações contábeis**  
**em 31 de dezembro de 2010**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>Não Auditado</b>						
	<b>1ª Tranche</b> <b>ECFS 004/04,</b> <b>de 27/05/04</b>	<b>2ª Tranche</b> <b>ECFS 107/05,</b> <b>de 14/12/05</b>	<b>3ª Tranche</b> <b>ECFS 171/07,</b> <b>de 28/02/07</b>	<b>4ª Tranche</b> <b>ECFS 196/07,</b> <b>de 07/11/07</b>	<b>5ª Tranche</b> <b>ECFS 242/08,</b> <b>de 04/12/08</b>	<b>6ª Tranche</b> <b>ECFS 250/09,</b> <b>de 21/08/09</b>	<b>7ª Tranche</b> <b>ECFS 311/10,</b> <b>de 09/11/10</b>
<b>Recursos</b>							
Eletrobras CDE	20.482	37.574	51.084	34.989	58.926	60.996	35.463
Eletrobras RGR	5.120	9.394	12.771	8.747	14.731	13.071	7.599
Empresa	12.863	8.288	11.269	7.718	12.998	13.071	7.599
	<u>38.465</u>	<u>55.256</u>	<u>75.124</u>	<u>51.454</u>	<u>86.655</u>	<u>87.138</u>	<u>50.661</u>
<b>Ingressos de recursos</b>							
Eletrobras CDE	26.673	24.662	45.976	31.490	53.033	42.698	17.732
Eletrobras RGR	6.668	6.165	11.494	7.873	13.258	9.150	3.800
	<u>33.341</u>	<u>30.827</u>	<u>57.470</u>	<u>39.363</u>	<u>66.291</u>	<u>51.848</u>	<u>21.532</u>
<b>Gastos incorridos</b>							
CDE, RGR e Empresa	33.813	55.134	67.658	42.058	66.320	74.757	15.834
<b>Ingressos (devoluções) a realizar</b>							
Recursos devidos	25.602	46.968	63.855	43.736	73.657	74.067	43.062
Recursos recebidos	33.341	30.827	57.470	39.363	66.291	51.848	21.532
	<u>(7.739)</u>	<u>16.141</u>	<u>6.385</u>	<u>4.373</u>	<u>7.366</u>	<u>22.219</u>	<u>21.530</u>
<b>Nº de ligações</b>							
Ligações executadas	15.434	10.954	13.147	7.500	14.164	10.811	939
Avanço físico (%)	95,23	83,57	81,83	81,98	70,57	71,00	10,55
Ligações em execução	0	0	0	0	0	1.373	10.061
Ligações totais (acum.)	15.434	26.388	39.535	47.035	61.199	73.383	84.383

### **33. Obrigações com benefícios de aposentadoria**

A Administração da Companhia decidiu alterar a política contábil de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais dos programas de benefícios pós-emprego em 2010, deixando de adotar o método do “corredor” e passando a reconhecê-las no próprio exercício em que ocorreram, em “Outros Resultados Abrangentes”, de acordo com as orientações CPC-33 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e IAS-19 do International Accounting Standards.

Os impactos dessa mudança estão demonstrados no balanço de abertura de 1º de janeiro de 2009. Os valores e as informações inseridas na presente nota já consideram os impactos acima descritos:

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
em 31 de dezembro de 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<b>Obrigações Registradas no Balanço Patrimonial</b>	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2009</b>	<b>01.01.2009</b>
Programa previdenciário			
Programa de saúde	17.556	18.853	17.733
	<u>17.556</u>	<u>18.853</u>	<u>17.733</u>
Dívidas contratadas	16.787	18.037	19.308
	<u>34.343</u>	<u>36.890</u>	<u>37.041</u>
<b>Receitas (Despesas) Reconhecidas no Resultado</b>			
Programa previdenciário	(3.786)	(14.792)	
Programa de saúde	136	1.119	
Total	<u>(3.650)</u>	<u>(13.673)</u>	
<b>Ganhos (Perdas) Atuariais Reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes</b>			
Ganhos (Perdas) Atuariais do Exercício:			
Programa previdenciário	11.811	(4.358)	
Programa de saúde	(1.432)		
Ganhos (Perdas) Atuariais do Exercício:			
Programa previdenciário	(7.960)	19.270	
Programa de saúde			
Total	<u>2.419</u>	<u>14.912</u>	
<b>Outros Resultados Abrangentes Acumulados</b>			
Programa previdenciário	18.763	14.912	31.270
Programa de saúde	(1.432)		
Total	<u>17.331</u>	<u>14.912</u>	<u>31.270</u>

### 1.1 - Plano de aposentadoria e pensões

A Companhia mantém, através de uma entidade fechada de previdência privada por ela constituída para esse fim, um programa de suplementação de aposentadorias e pensões composto de:

Plano de Benefício Definido – BD – garante renda vitalícia aos beneficiários.

Plano de Contribuições Definidas – implementada a partir de 2008, garante rendas por prazos definidos de acordo com a capitalização ocorrida no período de atividade.

As obrigações relativas a esses programas foram estimadas atuarialmente por consultoria independente e representam o valor atual dos benefícios concedidos e a conceder aos beneficiários.

**Notas Explicativas às demonstrações contábeis**  
**em 31 de dezembro de 2010**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1.2- Programa de assistência à saúde

Além do programa de aposentadorias e pensões, a Companhia suporta, igualmente, um programa de assistência médica aos empregados e dependentes, estendendo-o aos inativos e pensionistas. Em função da estrutura de custeio adotada, os inativos e pensionistas são beneficiados com um subsídio indireto, dado que o prêmio é calculado coletivamente para toda a massa populacional.

As obrigações com esse programa também foram calculadas atuarialmente, demonstradas no mesmo laudo já citado.

1.3 - Dívidas contratadas

A Companhia, em razão de insuficiência de cobertura das obrigações decorrentes de direitos relativos ao tempo de serviço já completado pelos beneficiários até a data deste balanço, conforme previsto no CPC-33 e no IFRS-14, subscreveu, com a entidade de previdência privada administradora do programa, um Contrato de Dívidas cujos saldos devedores, nas datas de 1º/01/2009, 31/12/2009 e 31/12/2010, eram respectivamente de: R\$ 19.309, R\$ 18.038 e R\$ 16.787.

Essa dívida está sendo amortizada em 100 parcelas, a partir de setembro de 2008, sendo compensada com os resultados atuariais do programa a cada ano.

1.4 – Cálculo atuarial do programa de benefícios

Os valores apurados em laudo atuarial, relativo ao Programa, separadamente para os benefícios de aposentadorias e de assistência à saúde, reconhecidos no balanço patrimonial, são os seguintes:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Programa Previdenciário:			
Valor presente da obrigação atuarial	268.900	88.558	89.794
Valor presente dos ativos garantidores	311.480	139.098	121.064
Excesso no final do exercício	<u>42.580</u>	<u>50.540</u>	<u>31.270</u>
Ativo de benefício - Asset Celling - IAS 19 – Parágrafo 58	<u>(42.580)</u>	<u>(50.540)</u>	<u>(31.270)</u>
Ativo (Passivo) atuarial			
Programa de Saúde:			
Valor presente da obrigação atuarial	17.556	18.853	17.733
Valor presente dos ativos garantidores			
Insuficiência no final do exercício	<u>(17.556)</u>	<u>(18.853)</u>	<u>(17.733)</u>
Ativo de benefício - Asset Celling - IAS 19 – Paragrafo 58			
Passivo atuarial	<u>(17.556)</u>	<u>(18.853)</u>	<u>(17.733)</u>

**Notas Explicativas às demonstrações contábeis**  
**em 31 de dezembro de 2010**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A movimentação relativa às obrigações e ativos em cada exercício é a seguinte:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>		<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Programa Previdenciário:			Programa de Saúde:		
Obrigações no início do exercício	88.558	89.794	Obrigações no início do exercício	18.853	17.733
Custo do serviço	78	153	Custo do serviço		1.119
Custo dos juros	7.799	8.710	Custo dos juros	1.683	
Benefícios pagos/adiantados	(6.584)	(6.468)	Benefícios pagos/adiantados	(1.547)	
Aquisição de quotas - Plano CD	164.471		Aquisição de quotas - Plano CD		
(Ganhos) ou perdas atuariais	14.578	(3.631)	(Ganhos) ou perdas atuariais	(1.432)	
Obrigações no fim do exercício	<u>268.900</u>	<u>88.558</u>	Obrigações no fim do exercício	<u>17.557</u>	<u>18.852</u>
Valor justo dos ativos no início do exercício	139.098	121.064	Valor justo dos ativos no início do exercício		
Retorno esperado dos investimentos	11.575	23.535	Retorno esperado dos investimentos		
Contribuições patronais	65	120	Contribuições patronais		
Contribuições dos participantes	88	120	Contribuições dos participantes		
Benefícios pagos/adiantados	(6.584)	(6.468)	Benefícios pagos/adiantados		
Ganhos (perdas) atuariais	2.767	727	Ganhos (perdas) atuariais		
Compensação de quotas	164.471		Compensação de quotas		
Total	<u>311.480</u>	<u>139.098</u>	Total		

**1.5 – Valores reconhecidos como resultados dos exercícios**

Os valores reconhecidos diretamente na demonstração de resultados, como Outras despesas (ou Receitas) Operacionais, estão demonstrados:

<u>Valores reconhecidos diretamente nos resultados</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Programa Previdenciário:		
Custo do serviço (líquido de contribuições de beneficiários)	(10)	33
Custo dos juros	7.799	8.710
Retorno esperado dos ativos financeiros	(11.575)	(23.535)
Benefícios pagos		
Total	<u>(3.786)</u>	<u>(14.792)</u>
Programa Previdenciário:		
Custo do serviço (líquido de contribuições de beneficiários)		1.119
Custo dos juros	1.683	
Retorno esperado dos ativos financeiros		
Benefícios pagos	(1.547)	
Total	<u>136</u>	<u>1.119</u>

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
em 31 de dezembro de 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1.6 – As premissas atuariais e financeiras utilizadas nas projeções foram:

<b>HIPÓTESES ECONÔMICAS E ATUARIAIS</b>	
<b>HIPÓTESE ECONÔMICAS</b>	
Taxa anual de juros atuarial real	5,00%
Taxa anual de inflação projetada	4,50%
Taxa esperada de retorno nos ativos	9,73%
Taxa anual real de evolução salarial	2,00%
Taxa anual real de evolução custos médicos	1,00%
Taxa real de evolução de benefícios	0,00%
taxa real de evolução de benefícios do regime geral	0,00%
fator de capacidade (benefícios e salários)	100,00%
<b>HIPÓTESES ATUARIAIS</b>	
Taxa de rotatividade	0,00%
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-83
Tábua de invalidez	Light Fraca
% de casados na data de aposentadoria	95,00%
Diferença de idade entre homens e mulheres	4 anos

1.7 – Ativos garantidores:

Os ativos garantidores do programa de benefício estão assim compostos:

	<b>CONSOLIDADO</b>	<b>%</b>
Valores disponíveis imediatos	435	0,13
Realizáveis previdenciários	17.073	5,13
Investimentos em ações	7.407	2,23
Investimentos em fundos	310.072	93,22
Empréstimos e financiamentos	18.399	5,53
Outros	4.223	1,27
(-) Exigíveis previdenciários	(24.128)	(7,25)
(-) Exigíveis de investimentos	(842)	(0,25)
<b>Total</b>	<b>332.639</b>	<b>100</b>

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
em 31 de dezembro de 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### **34. Imposto de renda e contribuição social**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as controladas e coligadas da Companhia atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Encontram-se registrados, na Parte “B” do Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, prejuízos fiscais, sem prazos de prescrição, compensáveis com lucros a serem auferidos futuramente, conforme legislação vigente.

A Companhia tem, ao longo dos anos, apurados valores decorrentes da base de cálculo negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. No quadro abaixo está demonstrado a posição desses créditos:

	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2009</b>	<b>01.01.2009</b>
Prejuízos fiscais	276.635	243.553	245.939
Base negativa de contribuição social	321.218	289.779	292.949
	<b>597.853</b>	<b>533.332</b>	<b>538.888</b>

#### **35. Seguros**

A CEAL mantém a cobertura de seguros contra incêndio e para veículos, levando em conta o grau de risco, por montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades, conforme estabelecidas pelas Leis nº 8.666/93, nº 8.987/95 e nº 10.520/02, Decreto nº 5.450/05 e demais legislações aplicáveis:

- Riscos Nomeados - seguro com a Itaú Seguros para cobertura de avarias, perdas e danos materiais de origem súbita, imprevista e acidental a equipamentos, maquinismos, ferramentas, móveis e utensílios, e demais instalações que constituem o estabelecimento segurado (prédios e subestações).
- Veículos - seguro da frota para cobertura: danos materiais, danos corporais, morte, invalidez permanente, casco de avarias, perdas e danos materiais de origem súbita,

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
em 31 de dezembro de 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

com assistência 24 horas e garantias aos vidros, a preços de cobertura 100% da Tabela FIPE.

- c. Seguro de Vida - seguro contratado com a Itaú Seguros para os funcionários, com coberturas: Indenização especial por morte acidental (I.E.A); Invalidez permanente ou parcial por acidente (I.P.A); Invalidez funcional permanente total por doença e garantia de inclusão de cônjuges.

**36. Transações com partes relacionadas**

A CEAL efetuou transações com partes relacionadas, como compra de energia elétrica, operações de empréstimos e financiamentos, pessoal cedido e encargos de uso da rede de distribuição. Todas as outras transações são efetuadas em similaridade com o praticado no mercado.

**Notas Explicativas às demonstrações contábeis**  
**em 31 de dezembro de 2010**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
	<u>Ativo</u>	<u>Ativo</u>	<u>Receitas</u>	<u>Receitas</u>
	<u>(Passivo)</u>	<u>(Passivo)</u>	<u>(Despesas)</u>	<u>(Despesas)</u>
<b>Eletrobras</b>				
Emprést. e financiamentos - encargos e outros	(143.171)	(117.408)	(20.598)	(49.507)
Adiantamento para aumento de capital	(7.485)	(525.485)	(7.485)	(6.903)
Pessoal cedido a empresa			(165)	(84)
Pessoal cedido à Eletrobras		17		
	<u>(150.656)</u>	<u>(642.876)</u>	<u>(28.248)</u>	<u>(56.494)</u>
<b>CHESF</b>				
Suprimento de energia e uso da rede	(7.379)	(6.679)	(45.190)	(43.288)
Encargos de uso do sistema	(238)	(132)	(11.953)	(9.778)
Pessoal cedido a empresa				
Pessoal cedido à ceal			(431)	(247)
	<u>(7.617)</u>	<u>(6.811)</u>	<u>(57.574)</u>	<u>(53.313)</u>
<b>FURNAS</b>				
Suprimento de energia e uso da rede	(10.009)	(8.796)	(70.635)	(68.181)
Encargos de uso do sistema	(456)	(416)	(4.274)	(3.659)
	<u>(10.465)</u>	<u>(9.212)</u>	<u>(74.909)</u>	<u>(71.840)</u>
<b>CGTEE</b>				
Suprimento de energia e uso da rede	(576)	(74)	(2.055)	(628)
<b>ELETRONORTE</b>				
Suprimento de energia e uso da rede	(5.911)	(5.385)	(46.059)	(43.867)
Encargos de uso do sistema	(290)	(191)	(2.422)	(1.837)
Pessoal cedido à ELETRONORTE		31		
	<u>(6.201)</u>	<u>(5.545)</u>	<u>(48.481)</u>	<u>(45.704)</u>
<b>ELETROSUL</b>				
Suprimento de energia e uso da rede	(13)		(190)	
Encargos de uso do sistema	(225)	(185)	(2.125)	(1.756)
Pessoal cedido a empresa	(31)	(27)	(437)	(267)
	<u>(269)</u>	<u>(212)</u>	<u>(2.752)</u>	<u>(2.023)</u>
<b>AMAZONAS ENERGIA</b>				
Pessoal cedido a empresa			(187)	(42)
			<u>(187)</u>	<u>(42)</u>
<b>DISTRIBUIÇÃO PIAUÍ</b>				
Pessoal cedido à ED PIAUÍ				
	<u>(175.784)</u>	<u>(664.730)</u>	<u>(214.206)</u>	<u>(230.044)</u>

Os principais negócios entre as partes relacionadas são:

- Contrato de conexão do sistema de transmissão (CUST):  
Chesf – Contrato nº 090/2002, de 31.12.2002, com vigência até a extinção da concessão, corrigido anualmente pela regulamentação da ANEEL
- Contrato de conexão do sistema de transmissão (CCT):  
Chesf – CCT nº 14/02/2000 – Subestação de Maceió Chesf – CCT nº 001/2007 – Subestações: Abaixadora, Angelim, Moxotó, Penedo e Zumbi. Com vigência a partir da assinatura, permanecendo até a extinção da concessão da distribuidora ou da transmissora, o que ocorrer primeiro.

**Notas Explicativas às demonstrações contábeis**  
**em 31 de dezembro de 2010**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- c) Contratação no Ambiente Regulado (CCEAR), promovidos e regulamentados pela ANEEL:

Chesf – Ct nº 74/2004 – produto 2005/2012; Ct nº 451/2004 – produto 2006/2013; Ct nº 762/2004 – Produto 2007/2014 e Ct nº 1149/2005 – Produto 2008/2015.

Eletronorte – Ct nº 176/2004 – produto 2005/2012; Ct nº 167 556/2004 – Produto 2006/2013; Ct nº 855/2004 – Produto 2007/2014 e Ct nº 1217/2005 – Produto 2008/2015.

Furnas – Ct nº 278/2004 – produto 2005/2012; Ct nº 661/2004 – Produto 2006/2013; Ct nº 917/2004 – Produto 2007/2014; Ct nº 2806/2005 – Produto 2010/2039; Ct nº 1793/2005 – Produto 2010/2039.

Cgte – Ct nº 1115/2005 – Produto 2008/2015; Ct nº 2683/2005 – Produto 2010/2024

Eletrosul – Ct nº 2747/2005 – Produto 2010/2039

**37. Remuneração de empregados e administradores**

A maior e menor remuneração, para empregados da Companhia, tomando-se por base o mês de junho de 2010, foi de R\$ 17.534,18 e R\$ 640,34 (em 2009, R\$ 15.946,37 e R\$ 640,34, respectivamente). O salário médio e a remuneração média durante o ano de 2010 foram, respectivamente, de R\$ 1.571,59 e R\$ 2.934,91 (em 2009, R\$ 1.749,56 e R\$ 2.963,19, respectivamente).

**38. Remuneração do pessoal chave**

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e o chefe da auditoria interna. A remuneração referente a salários e encargos pago ou a pagar está demonstrada a seguir:

	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2009</b>
Honorários de conselheiros	163	122
Encargos sociais	33	24
	<b>196</b>	<b>146</b>

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
em 31 de dezembro de 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**39. Treinamento e desenvolvimento de pessoal (não auditado)**

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Empregados treinados (nº)	2.260	1.450
Homem hora treinados (h)	89.269	89.134
Média hora de treinamentos (h)	2,89	2,89
Índice de empregados treinados (%)	182,41	115,45
Força de trabalho treinada (%)	93,97	81,10
Investimento total (R\$ mil)	2.023	1.058
Valor médio investido por empregado (R\$)	895,01	729,57

**40. Leilão de energia (não auditado)**

A Companhia Energética de Alagoas - CEAL se habilitou para participar dos Leilões de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração e da Usina Hidrelétrica denominada UHE Belo Monte, a serem promovidos, pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL no ano de 2010. Assim sendo, apresentou as declarações de necessidades de compra em 25/01/2010, para o leilão A-3 com início de fornecimento em 2013 de 96 MWmédio e para o leilão A-5 com início de fornecimento em 2015 de 40 MWmédio, conforme Portaria 14/2010, de 06/01/2010, do Ministério de Minas e Energia.

	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>Após 2015</u>
Contrato de Compra e Venda de Energia - CCEAR							
Valores em GWh ( <b>não auditado</b> )	3.931.845	4.134.833	4.240.353	5.293.306	5.356.260	5.471.576	5.734.623
Tarifa média de compra 2005/08	83,00	91,21	92,31	99,51	99,07	99,13	98,06
Valores (R\$ mil)	326.343	377.138	391.427	526.737	530.645	542.397	562.337

**41. Compra e venda de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE**

A Companhia efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da CCEE, e reconhecidos pelo regime de competência de acordo com as pré faturas de contabilização da Câmara de Comercialização e por estimativa quando as informações não estão disponíveis.

	<b>Não auditado</b>			
	<u>MWh</u>		<u>Valores</u>	
	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
CCEE				
Compra	<u>34.635</u>	<u>15.557</u>	<u>4.052</u>	<u>1.333</u>
Venda	<u>138.188</u>	<u>70.809</u>	<u>1.122</u>	<u>2.675</u>

**Notas Explicativas às demonstrações contábeis**  
**em 31 de dezembro de 2010**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**42. Questões Ambientais**

A Companhia desenvolve ações de conscientização relativas à preservação ambiental e responsabilidade pública através da Assessoria de Responsabilidade Social criada em 2009, destacando-se:

- Palestras de orientação aos plantadores de cana de açúcar, com distribuição da cartilha “Prevenção de Queimadas”, com informações sobre os fatores que afetam o comportamento do fogo, tipos de incêndio, motivos da proibição, as principais recomendações para a realização de queimadas e as condições impostas pela lei de Crimes Ambientais;
- Plantação de árvores e educação ambiental, em parceria com o Instituto de Proteção da Mata Atlântica – IPMA na Comunidade Paulo Bandeira;
- Distribuição de bolsas ecológicas para todos os empregados da Companhia.
- Outras ações estão contempladas nos projetos do Programa de Eficiência Energética – PEE, e são desenvolvidas em parceria como Agente CEAL.

O licenciamento ambiental é um instrumento que regulariza a instalação de empreendimentos, seguindo as diretrizes de proteção ambiental, são eles:

- Licença de operação nº 026/2009, abrangendo as subestações e linhas de transmissão em 69KV;
- Licença de operação nº 10/2010, abrangendo a linha de transmissão em 69KV - Penedo/São Sebastião.

**43. Compromissos**

Os compromissos de longo prazo da Companhia, relacionados a contratos de compra de energia elétrica são:

Descrição	VIGÊNCIA	2011	2012	2013	2014	2015	Após 2015
Mwmédio	2009 a 2042	4.134.833	4.240.353	5.293.306	5.356.260	5.471.576	5.734.623
R\$		377.138	391.427	526.737	530.645	542.397	562.337

Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
em 31 de dezembro de 2010  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Pedro Carlos Hosken Vieira**  
Diretor-Presidente

**Ronaldo Ferreira Braga**  
Diretor Financeiro

**Leonardo Lins de Albuquerque**  
Diretor de Planejamento e Expansão

**Luis Hiroshi Sakamoto**  
Diretor de Gestão

**Leonardo Lins de Albuquerque**  
Diretor de Operação

**Pedro Mateus de Oliveira**  
Diretor Comercial

**Ubirajara Rocha Meira**  
Diretor de Assuntos Regulatórios e Projetos Especiais

**Maria dos Praseres L. P. Moreira**  
Departamento de Contabilidade  
CRC 2.731/AI